



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS BASTIDORES DO PROCESSO. A FORMAÇÃO
DOS AGENTES MULTIPLICADORES E AS METODOLOGIAS DE ENSINO
APLICADAS NA APREENSÃO DE BENS CULTURAIS: O CASO DE SÃO JOÃO DEL-
REI /MINAS GERAIS.**

DÉBORAH COIMBRA NUÑEZ

PELOTAS

2011

DÉBORAH COIMBRA NUÑEZ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS BASTIDORES DO PROCESSO.
A FORMAÇÃO DOS AGENTES MULTIPLICADORES E AS METODOLOGIAS DE
ENSINO APLICADAS NA APREENSÃO DE BENS CULTURAIS: O CASO DE SÃO
JOÃO DEL-REI /MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

PELOTAS

2011

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS BASTIDORES DO PROCESSO.
A FORMAÇÃO DOS AGENTES MULTIPLICADORES E AS METODOLOGIAS DE
ENSINO APLICADAS NA APREENSÃO DE BENS CULTURAIS: O CASO DE SÃO
JOÃO DEL-REI /MINAS GERAIS**

Por

DÉBORAH COIMBRA NUÑEZ

Dissertação de Mestrado aprovada para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Banca examinadora formada por:

Presidente: Prof. Sidney Gonçalves Vieira, Doutor - Orientador, UFPEL

Membro: Prof. Fábio Vergara Cerqueira, Doutor, UFPEL

Membro: Profa. Ester Judith B. Gutierrez, Doutora, UFPEL

Pelotas, 13 de maio de 2011

Aos meus amados familiares e amados amigos, as minhas paixões, aos autores que li, aos professores e alunos que tive a tudo aquilo que constituiu e constitui os capítulos da minha história e ao porvir.

AGRADECIMENTOS

À Yara Lúcia Coimbra Cardoso (minha melhor amiga e mãe), ao Gerson dos Reis Cardoso (meu “avorrá” em memória), ao Marcos Vinicius Barbosa (meu amigo e “paidrasto”), à Selma Cardoso Luchinni (a segunda melhor tia do mundo). Ao Márcio A. Cardoso (meu tio que mesmo distante sempre se dispôs a ajudar), à Yara Helena Coimbra Nuñez e Carla Evelyn Coimbra Nuñez (minhas irmãs e minhas cúmplices), Bruna B. Coimbra de Oliveira e Jhade B. Coimbra de Oliveira (minhas sobrinhas, meus amores). Aos meus amigos MINEIROS E GAÚCHOS (e o “Goiás”), companheiros de vida e de profissão (que sempre encontraram tempo para dividir comigo muitas histórias a qualquer hora do dia e da madrugada). Aos caros professores da graduação Danilo Ferretti , Marcos Vieira Silva (o “Marquinhos”) e Ivan Velasco (que acreditaram no meu trabalho sempre me incentivando e orientando). Às contribuições de Marta Dujovne , Silvia Alderoqui, Perla Zusman e Carlos Moreno (pela recepção e pelo apoio durante minha pesquisa na Argentina). Às professoras do mestrado Maria Letícia Mazzuchi e Francisca Michelin (entre outros, por lecionarem com paixão fortalecendo ainda mais em mim o gosto pela pesquisa) e em especial ao meu professor, orientador e amigo Sidney Gonçalves Vieira, pelos ensinamentos e pelo companheirismo essencialmente importantes durante os caminhos desta pesquisa.

RESUMO

Consideramos que o estudo do Patrimônio Cultural nos possibilita analisar a trajetória de um povo, suas relações sociais e políticas através da análise do sentido simbólico desses lugares, dos modos de vida no espaço comunitário, suas expressões culturais, suas relações de existência. Nesse sentido, a Educação Patrimonial reveste-se de um papel fundamental na medida em que possibilita aos cidadãos adquirir habilidade de interpretar os objetos e símbolos culturais, ampliar sua aptidão de compreender o mundo e seus significados e, com isso, tornarem-se possíveis agentes e parceiros do processo de preservação. Contudo, para que essa Educação Patrimonial atinja seu objetivo principal que é a apropriação do Patrimônio Cultural e de tudo que ele representa, é de suma importância que os “agentes multiplicadores”, especialmente os professores do ensino fundamental e médio, tenham suporte teórico-metodológico e conhecimento adequado acerca do assunto que diz respeito ao patrimônio para que sejam alcançados os objetivos desse tipo de ensino. Acreditamos que o ponto cego, mas de fundamental importância para a compreensão do processo de Educação Patrimonial está no professor uma vez que professor mal informado pode transmitir uma orientação defeituosa comprometendo os reais objetivos do programa. Assim, o problema central desta pesquisa diz respeito ao estudo das condições da formação do próprio profissional responsável pelo desenvolvimento da Educação Patrimonial. Tivemos como referencial o estudo de caso realizado no município de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, que além de contar com uma lei que institui a Educação Patrimonial nas escolas do município é também entendido enquanto uma referência nacional deste tipo de ensino voltado para o patrimônio.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Minas Gerais. São João del-Rei.

ABSTRACT

We believe that the study of cultural heritage enables us to analyze the trajectory of a people, their social and political relations by examining the symbolic meaning of these places, ways of life within the Community, their cultural expressions, their relations of existence. Accordingly, the Heritage Education is of a fundamental role in that it enables citizens to gain the ability to interpret cultural symbols and objects, expand their ability to understand the world and their meanings and, thus, become possible agents and partners in the preservation process. However, for the Heritage Education achieves its main goal is the appropriation of cultural heritage and all it represents is of paramount importance that the "multipliers", especially teachers of elementary and secondary education, has supported theoretical and methodological and adequate knowledge about the subject with respect to the assets to achieve the objectives of such teaching. We believe that the blind spot, but of fundamental importance for understanding the process of heritage education is in professor once misinformed teacher can pass a faulty guidance undermining the real goals of the program. Thus, the central problem of this research is to investigate the conditions of formation of the professional responsible for developing the Heritage Education. We as reference study conducted in the municipality of São João del-Rei, Minas Gerais, in addition to havind a law establishing the Heritage Education in the schools of the city is also viewed as a national reference this of education focused for the equity.

Keywords: Heritage Education. Heritage. Minas Gerais. São João del-Rei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	15
1.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: EM BUSCA DE UM CONCEITO.....	15
1.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AS LEIS DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA.....	27
1.3 OUTROS OLHARES: PRÁTICAS DE ENSINO DO PATRIMONIO EM BUENOS AIRES/ARGENTINA.....	30
2 PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL: REVISANDO CONCEITOS.....	36
2.1 MEMÓRIAS COMPARTILHADAS: O PATRIMÔNIO ENQUANTO CATEGORIA DE PENSAMENTO.....	36
2.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....	41
3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO JOÃO DEL-REI/MG.....	49
3.1 MINAS GERAIS, A CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL	49
3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO E A LEI Nº3.826/2004.....	60
3.3 A QUALIFICAÇÃO DOS “AGENTES” DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO JOÃO DEL-REI/MG: ANALISANDO DISCURSOS E RESPONSABILIDADES.....	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXO A - LEI Nº3. 826/2005.....	93
ANEXO B - CARTA APRESENTADA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....	94
ANEXO C –MATERIAL DESENVOLVIDO PELAS SUPERVISORAS.....	97
ANEXO D – ALMANAQUE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CEHC: Centro de Estudos Históricos e Culturais.

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

FGP: Fundação João Pinheiro.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases.

CAFP/BA: *Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento de la Posgrado/ Brasil-Argentina* (Programa Internacional Asociado para o Fortalecimento da pós-graduação/ Brasil-Argentina).

MALBA: Museo de Arte Latino-Americana.

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PCH: Programa Integrado de Recuperação das Cidades Históricas

CNRC: Centro Nacional de Referencia Cultural.

NH: Núcleos Históricos.

CP: Conjuntos Paisagísticos.

BI: Bens Imóveis.

BM: Bens Móveis.

PCN: Parâmetro Curricular Nacional.

EFOM: Estrada de Ferro Oeste de Minas.

UFSJ: Universidade Federal de São João del-Rei.

SAB: Sociedade Amiga da Biblioteca.

UNESCO: *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

IGH: Instituto Histórico e Geográfico.

IPTAN: Instituto Presidente Tancredo de Almeida Neves.

EM: Escola Municipal.

PEM: Pré-Escola Municipal.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial é hoje um assunto bastante recorrente dentro e fora das instituições educacionais. Essa multiplicação de ações educativas em instituições como: museus, teatros, igrejas, bibliotecas entre outros espaços, configura a estreita relação existente entre o entendimento acerca do Patrimônio Cultural ¹ na sociedade contemporânea e as tendências adquiridas pelos sujeitos que aprendem a partir de sua relação com a necessidade cultural e com os valores do tempo presente.

(...) parece importante, desde los objetivos de la educación, conocer el presente cultural para poder llegar a comprenderlo. Formar sujetos que desconozcan el sentido de su cultura significa formar sujetos aculturales; formar sujetos que sólo conozcan su cultura pasada, significa formar sujetos insensibles ante su situación presente y que, por tanto, no van a contribuir al progreso y evolución de la misma. ²

A Educação Patrimonial consiste num conjunto de ações educacionais que tem como objeto o Patrimônio Cultural entendido como as diversas representações culturais de um determinado povo numa determinada época, exemplificando:

os mitos, as lendas, os objetos materiais, sejam os cerimoniais ou não, as crenças, as tecnologias patrimoniais, as festas de santos e seus rituais, bem como as edificações, sejam estas representadas por um palácio, uma igreja ou uma capela, ou pelo casario de um centro histórico. ³

Consideramos que é através da educação que os indivíduos se reconhecem como gentes de sua história e como integrantes participativos desse universo sócio-cultural, nesse sentido, esse processo de educação torna possível a apropriação de códigos que permitem a leitura dos bens simbólicos através do conhecimento e do despertar do sentimento de identidade possibilitando a descoberta e o respeito à própria cultura e a cultura dos outros.

Assim, a Educação Patrimonial tem como objetivo privilegiado fornecer suporte aos indivíduos para que eles possam se apropriar desse universo de bens de herança cultural.

¹ A Constituição Federal Brasileira de 1988 define em seu Art.216 como constituintes do Patrimônio Cultural brasileiro: (...) *os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais de incluem: I- as formas de expressão, II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.* (Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006/pg.20).

² MERILLAS, Olaia Fontal. La educación patrimonial. Teoría y práctica en el aula, el museo e internet,2003, p.78.

³ MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN,1988.

Contudo, mesmo que num primeiro momento esse tipo de ação possa parecer bastante simples e “natural”, é na realidade um processo complexo, não apenas por estar diretamente relacionado com o Patrimônio Cultural seus valores, suas tendências e suas constantes transformações, como também porque embuti valores, escolhas previamente determinadas através das políticas de preservação, afinal, essas atividades elegem o bem patrimonial a ser “valorizado”, onde, quando e para quem.

Assim, o trabalho acerca dessa temática deve atentar-se a propostas de revisão bem como necessita fornecer referentes claros, promovendo ações voltadas para o entendimento do conceito que a define, tanto para o sujeito que aprende quanto principalmente para aqueles que se encarregam de sua transmissão.

Portanto, para que a Educação Patrimonial atinja seu objetivo fundamental, que é a apropriação do Patrimônio Cultural e de tudo o que ele representa, é de suma importância que os “agentes multiplicadores”, especialmente os professores, tenham suporte teórico-metodológico e conhecimento adequado acerca dessa temática. Um professor mal informado pode transmitir uma orientação defeituosa o que certamente comprometerá os reais objetivos do programa.

(...) podemos hablar del educador patrimonial como el profesional encargado de establecer conexión entre el patrimonio y la sociedad; (...) es un profesional que esta contrayendo nuevas responsabilidades (...) sino de detectar las cualidades de este receptor coletivo o individual, sus necesidades, sus condiciones, sus rasgos sociales, políticos y culturales, para ponerlos en relación con aquel patrimonio cultural que deseamos hacerle llegar.⁴

O termo Educação Patrimonial, segundo a maioria dos trabalhos analisados, foi adotado no Brasil a partir da década de 80, contudo, consideramos que foi nos anos 90 que ocorreu um crescente e significativo aumento nos trabalhos e projetos realizados com essa temática.

Essa corrida gerou um aumento bastante expressivo no número de publicações de artigos e propostas voltadas para o ensino do Patrimônio Cultural, visando com isso ampliar o acesso ao entendimento dessa temática tornando-a mais acessível ao entendimento para todos. Entretanto, para que essa proposta de “democratização” da política de preservação do Patrimônio Cultural através do ensino não caia no vazio, fazendo sentido apenas para um grupo limitado, é imprescindível considerarmos o processo de apropriação dos bens culturais envolvidos.

Com isso, o presente trabalho busca abordar a questão da Educação Patrimonial para além do senso comum militante, que conforme temos observado vêm atribuindo à prática da

⁴ Idem, p.197.

Educação Patrimonial como sinônimo de: “preservação”, meio de se “resgatar a memória”, “reviver o passado”, como mecanismo de “alfabetização cultural”, entre outros discursos repetidamente utilizados e que muitas vezes apresentam graves distorções conceituais.

Assim, a presente pesquisa propõe analisar, o discurso dos agentes responsáveis pela transmissão e coordenação desses projetos, bem como seus processos formativos, relacionando o processo de patrimonialização no Brasil e sua contextualização histórica nas Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural.

Como objeto de estudo, tomamos a cidade de São João del-Rei, localizada no estado de Minas Gerais, pois além de possuir de uma lei municipal que dispõe sobre o ensino do patrimônio nas escolas do município, a lei 3.826/2004, é tida, como uma cidade “referencial” no trabalho com a Educação Patrimonial.

Através do estudo de caso, analisou-se o discurso dos agentes multiplicadores da prática com a Educação Patrimonial, visando compreender o entendimento que estes profissionais têm sobre o conceito de Patrimônio Cultural e como esse conhecimento vem sendo “transmitido” através das atividades de ensino nas escolas públicas do município.

A pesquisa está organizada em três capítulos, no capítulo inicial, buscamos a partir de um extenso trabalho de revisão bibliográfica, encontrar o sinônimo mais adequado ao conceito de Educação Patrimonial bem como buscamos perceber, a partir destes trabalhos, “o que” está sendo chamado de Educação Patrimonial.

Ainda neste primeiro capítulo, serão apresentadas algumas leis que tratam da temática do Patrimônio Cultural onde os trabalhos de Educação Patrimonial podem fundamentar-se legalmente por se adequarem as leis de preservação do patrimônio cultural, bem como é possível participar da captação de incentivos fiscais direcionados a execução de projetos financiados pelo Governo Federal em variadas instituições.

O primeiro capítulo encerra-se após o relato da pesquisa realizada durante nossa missão de estudos na Argentina⁵, realizada no ano de 2010, cuja proposta apresentada a comissão organizadora constitui-se no desenvolvimento de um estudo comparativo entre a Educação Patrimonial no Brasil e o Ensino do Patrimônio em Buenos Aires”.

⁵ Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento de la Posgrado-Brasil/(CAF/BA).

Nesse sentido, acredita-se que a realização do estudo desta temática em um país de cultura distinta, como a Argentina – onde o sentimento de “identidade e memória” nos parece bastante fortalecido – possibilitou através do diálogo com nossa pesquisa no Brasil, uma visão ampliada. Isso permitiu a abertura de novos caminhos e possibilidades para inovações e reflexões acerca deste assunto, bem como possibilitou um enriquecimento do ponto de vista teórico, através da aquisição de novas fontes bibliográficas.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico a respeito do Patrimônio Cultural no Brasil, a partir da década de 30 e suas posteriores transformações, bem como uma revisão referente aos conceitos de Memória e Identidade de fundamental importância no trabalho com o Patrimônio Cultural.

O terceiro e último capítulo apresenta o estudo de caso da cidade de São João del-Rei, desde a criação da lei municipal, de 2004, que dispõe sobre o ensino da Educação Patrimonial nas escolas do município, o processo de preparação dos profissionais encarregados, as atividades por eles (as) desenvolvidas nestas escolas, até os dias atuais.

Este estudo de caso, que partiu de um levantamento bibliográfico, nos direcionou para a realização de entrevistas e análise de documentos que nos possibilitou fazer um histórico detalhado sobre a prática da Educação Patrimonial em São João del-Rei, a partir das entrevistas realizadas com as “supervisoras” responsáveis pela elaboração e realização desses projetos nas escolas.

Assim, foi possível verificar o desenvolvimento e a manutenção dessas atividades nas escolas, bem como permitiu a partir da análise dos discursos dessas “educadoras patrimoniais” observarmos os pontos positivos e os pontos cegos existentes nesse projeto onde é possível traçar um paralelo aos demais projetos referentes à Educação Patrimonial em todo país.

1.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

1.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: EM BUSCA DE UM CONCEITO.

Este capítulo pretende responder a pergunta: *O que é Educação Patrimonial?* Ou, o que está sendo chamado de Educação Patrimonial. Para isso, partimos de um levantamento bibliográfico e de sua posterior revisão, no decorrer dessa análise, frente às respostas encontradas, nota-se que a grande maioria dos trabalhos analisados define a Educação Patrimonial reproduzindo as palavras de Maria de Lourdes Parreira Horta como:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (...) - que tem por - objetivo capacitar os cidadãos para o usufruto de sua herança cultural e propiciar sua participação na criação da cultura (...) um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido⁶.

Verificou-se também, que a grande maioria dos pesquisadores e estudiosos da temática da Educação Patrimonial no Brasil atribui o início e a incorporação do termo no país a partir do Seminário realizado na década de 1980, no Museu Imperial da cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Na ocasião o termo foi então traduzido da expressão *Heritage Educacion* passando a fazer parte do vocabulário e das práticas de ensino no cenário nacional.

Essa “origem” e adoção do termo Educação Patrimonial também é dada tendo como referência as palavras de Maria Lourdes Parreira Horta, autora do Guia Básico de Educação Patrimonial, lançado no ano que 1999 e que sem dúvida, é ainda, atualmente, o livro mais referenciado nos trabalhos relativos a este tema.

Considera-se importante ressaltar que a citação anteriormente apresentada vem sendo exaustivamente repetida nos diversos trabalhos revisados sobre o tema, onde é raro encontrar algum trabalho que trate sobre a Educação Patrimonial que não a inclua. Contudo, não se pretende com isso questionar a validade da conceituação citada, mas sim, demonstrar que essa recorrência nos aponta para a existência de um dos grandes problemas no trabalho com a

⁶ HORTA, Maria Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Museu Imperial, IPHAN e MINC, 1999.

Educação Patrimonial no país, que consiste na “falta” de novas produções e de referenciais mais aprofundados sobre o tema, que possam auxiliar efetivamente no entendimento do assunto.

Essa carência por novas fontes bibliográficas, que dêem suporte teórico aos trabalhos apontados, não é nenhuma novidade tanto para os pesquisadores quanto para os “consumidores” desse universo representado através dos projetos de Educação Patrimonial.

Essa escassez bibliográfica é referenciada, pela própria autora do “guia modelo”, que já no texto introdutório de seu trabalho ressalta que:

(...) A demanda por materiais e bibliografia relacionados com o tema fez com que, em 1999, produzíssemos, com o apoio de IPHAN e do Ministério da Cultura, um Guia Básico da Educação Patrimonial, que pudesse servir de suporte ao trabalho em diferentes circunstâncias e experiências. Os textos dessa apostila reproduzem parte deste material, no momento esgotado para a publicação (...). Inspirados no trabalho de educacional desenvolvido na Inglaterra (...). Estas referências constam na bibliografia sugerida, mas são de difícil acesso no Brasil, e publicadas em inglês. Muitos artigos, entretanto, já estão publicados por autores brasileiros em revistas universitárias e científicas, o que não supre a necessidade de mais estudos e publicações sobre o tema.⁷

A partir do lançamento do “guia” em 1999, houve um aumento bastante expressivo no número de publicações de artigos e trabalhos desta temática. Ainda assim, a grande maioria desses novos trabalhos segue apontando para o mesmo problema, a dificuldade de encontrar referenciais bibliográficos sobre a Educação Patrimonial. Como foi apontado no segundo caderno CEHC, Centro de Estudos Históricos e Culturais, produzido a partir de uma pesquisa sobre Educação Patrimonial realizada com educadores da rede pública estadual da cidade de Belo Horizonte/MG, no ano de 2001.

Nesta pesquisa constatou-se uma grande dificuldade, por parte dos professores, em encontrar referências bibliográficas que pudessem auxiliar no trabalho com a Educação Patrimonial nas escolas, como pudemos observar a partir do resultado apontado na revista:

O material de referencia e consulta está estreitamente vinculado à capacitação dos professores e constitui aspecto necessário à etapa preparatória a prática educativa. (...) Considerando-se a noção dos professores sobre patrimônio cultural, muito diversificada e dispersa, faz-se necessário que o material didático a ser elaborado forneça referências que balizem conceitos comuns sobre o patrimônio cultural para todas as escolas, noções a respeito da importância de sua preservação e mecanismos para tal finalidade.⁸

Outro exemplo dessa escassez bibliográfica pôde ser observado no livro: “Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial”. Esse livro é o resultado do trabalho realizado pelo governo de Minas Gerais no ano de 2002, elaborado através da parceria entre a Secretaria da

⁷ <http://www.iphan.gov.br>, visitado em 20/09/2008.

⁸ Fundação João Pinheiro. Cadernos do CEHC. Série Cultural, nº 4, 2002, p. 30.

Educação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e da Fundação João Pinheiro⁹. Esta obra também é entendida como um referencial nos trabalhos com o ensino do patrimônio no estado de Minas Gerais e no Brasil.

Neste livro, o então secretário da Educação de Minas Gerais, Murílio de Avellar Hingel, expõe no texto de apresentação da obra que: “Esta publicação é de substancial importância, ainda porque a bibliografia sobre o assunto no país é escassa, portanto de difícil acesso para os profissionais da educação.”

Contudo, apesar dessa referenciada “escassez” de materiais sobre a Educação Patrimonial, percebemos que existe um número muito grande de trabalhos sobre o tema. Esses trabalhos consistem em sua grande maioria, em artigos que relatam experiências práticas de atividades desenvolvidas em projetos, e na elaboração de almanaques cujo conteúdo baseia-se principalmente na exposição de sugestões para a realização de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelos professores durante projetos de curta duração, oficinas e atividades dispersas de Educação Patrimonial.

Durante nosso trabalho de levantamento bibliográfico via internet, através do banco de dados do site www.google.com.br, cuja busca foi realizada no dia 17 de dezembro de 2010, encontramos sobre a terminologia Educação Patrimonial o resultado de 385.000 trabalhos. Na busca pela terminologia “Educação Patrimonial no Brasil”, o resultado encontrado totalizou 274.000 trabalhos. Considerando-se do ponto de vista quantitativo, entende-se que tais resultados não condizem exatamente com a “escassez” de materiais apontada nos trabalhos analisados.

Nesse sentido, percebe-se que tal “escassez” não se refere à quantidade de trabalhos existentes sobre a Educação Patrimonial e sim ao “conteúdo” apresentado nestes trabalhos que, apesar de numerosos deixam a desejar pela supressão de análises teóricas mais aprofundadas.

Geralmente, o conteúdo teórico é limitado, reduzido a relatos e dicas para a realização de práticas pedagógicas, logo, os materiais encontrados apresentam “conteúdo insuficiente” para o entendimento da Educação Patrimonial o que a partir daí entende-se a sugerida escassez bibliográfica.

⁹ A Fundação João Pinheiro de Minas Gerais é “uma instituição pública vinculada a Secretaria de Planejamento e Gestão. Atua nas áreas de pesquisa em Administração Pública, Avaliação de Políticas Públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômicos, demográficos e sociais. A FGP presta serviços aos governos estaduais e federal, prefeituras, câmaras municipais, organismos nacionais e internacionais, universidades, empresas privadas e entidades representativas de diversos seguimentos sociais”. www.fgp.gov.br, visitada em 25/04/2011.

Essa debilidade ocasionada pela deficiência no debate teórico, superficialmente explorado, favorece não apenas a banalização da temática referida como também dá margem para uma apreensão distorcida dos conceitos sobre o Patrimônio Cultural. Além disso, muitas vezes, apresentam conceitos equivocados o que acaba prejudicando não só as ações educacionais envolvidas como a própria compreensão dos valores sócio-históricos e culturais contidos e representados nestes Patrimônios Culturais.

Quanto a essa dificuldade encontrada no entendimento do conceito de Patrimônio Cultural, tomamos como exemplo o resultado de uma entrevista realizada com professores¹⁰ da rede pública de Belo Horizonte (MG), durante uma pesquisa sobre Educação Patrimonial. Tal entrevista foi realizada com apoio do governo do estado no ano de 2001, onde o pesquisador relatou as dificuldades demonstradas pelos professores em conceituar o Patrimônio Cultural, como podemos observar nas seguintes passagens:

Outros chegaram a identificar o patrimônio cultural a um ‘órgão’, cuja responsabilidade seria de repassar esses recursos às escolas. Nessa linha, verificou-se o seguinte depoimento: *É um órgão que vai incentivar e dar recursos para as escolas no desenvolvimento dos projetos.* (...) também se confirmou a hipótese de que os professores em atuação na rede estadual de ensino médio carecem de capacitação na área. (...) A análise das respostas à questão formulada indicou que aproximadamente um quarto da amostra não conseguiu expressar um conceito básico do que seja patrimônio cultural.¹¹

A Educação Patrimonial serve como “ponte” entre o Patrimônio Cultural e os indivíduos, por isso é imprescindível perceber que, em primeiro lugar, antes de nos preocuparmos em elaborar atividades pedagógicas e produzir almanaques, é preciso atentar as seguintes questões:

1. O que estamos chamando de “Educação Patrimonial”?
2. Quais são os valores que este tipo de atividade representa?
3. Quem elabora esses projetos e em quais leis eles se baseiam?
4. Quem realiza essas ações está realmente preparado para atuar como agente multiplicador dos conceitos em questão?

Tendo o exposto, para que possamos entender e analisar a Educação Patrimonial para além do senso comum militante é imprescindível inicialmente, desmistificar a falsa imparcialidade, que vem sendo atribuída a essas atividades uma vez que, assim como as

¹⁰Segundo a pesquisa realizada CEHC, 2002, foram entrevistados 428 professores, representando 107 escolas públicas do município de Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. Cadernos do CEHC. Série Cultural, nº4 p. 09.

¹¹ Idem, 2002, p. 21.

memórias que guardamos, a partir dos suportes patrimoniais, que são eleitas para que sejam lembradas, a Educação Patrimonial também parte de uma eleição, daquilo que deve ou não ser lembrado, onde, quando e por que, evitando-se assim a “naturalização” e a imparcialidade equivocada.

Entabular uma discussão sobre educação patrimonial no contexto da história e da memória é certamente uma discussão sobre territórios em litígio (...) a metodologia da educação patrimonial não é ingênua, atemporal ou aparte de diversos conflitos que envolvem grupos humanos, sociais e econômicos muito bem definidos¹²

Nesse sentido, é importante que o professor (ou o agente multiplicador) tenha claro que a Educação Patrimonial deve ser abordada de maneira crítica, observando, mostrando os diferentes discursos em diferentes perspectivas, deixando claro para os alunos a natureza ideológica contida nos processos de preservação.

Um exemplo que possibilita essa abordagem crítica pode ser demonstrado através da conhecida prática de Educação Patrimonial nos museus, que ocorre durante as visitas orientadas. Essa atividade de ensino nos museus nos possibilita uma fácil visualização no discurso das escolhas, ao contrário da idéia "coleccionista" atribuída aos museus de "antes".

Atualmente, com a mudança da postura da própria instituição museal que tende a se preocupar não mais apenas com a coleção que abriga como também com o público visitante, este pode também melhor aproveitar-lo em benefício educacional a partir de uma abordagem crítica.

Nesse sentido, é possível pensar para além dos objetos que estão expostos ali, representando o que deve ser guardado, ou, o que através deles pode ser lembrado, como também devemos pensar nas ausências, questionando sobre a presença das memórias representadas bem como as ausências das memórias omitidas por determinada instituição.

Tais confrontos devem ser estimulados não no sentido de rotular “preconceitos culturais” entre melhores e piores, ou primitivos e modernos, mas sim possibilitando uma abordagem crítica, de determinados Patrimônios Culturais, a partir dos discursos das identidades que se pretendem preservar através desses “suportes” de memórias.

Nesse sentido, é importante analisamos esses processos de preservação da memória e da identidade a partir do confronto, de suas diferenças, uma vez que a memória assim como a identidade:

¹² SOARES, André Luis R. Dr. Jeckyland Mister Hide ou “A Educação Patrimonial serve a quem”? disponível em < http://web.unifil.br/docs/semana_educacao/1/completos/01.pdf > acesso em : 20 fev. 2011, 10:41.

(...) não é uma essência, imanente e imutável, imune as transformações (...) os processos identitários, definem-se mais pelas diferenças, do que pelas semelhanças consigo mesmo. Em outras palavras, tais processos precisam ser entendidos, antes de mais nada, como estratégias de exclusão, em função de um 'eu' (individual ou social) que se define sempre em confronto com um outro, do qual busca distinguir-se “(...)”. A capacidade crítica é, precisamente, a capacidade de separar, distinguir, circunscrever, levantar diferenças e avaliá-las, situar e articular os inúmeros fenômenos que se entrelaçam na complexidade da vida de todos os dias e nas transformações mais profundas de tempo rápido ou lento.¹³

Esse exercício crítico pode auxiliar desmistificando a tendência equivocada que a falta de uma leitura minuciosa pode direcionar a um entendimento baseado em falsas dicotomias como: o melhor e o pior, o bem e o mal, o certo e o errado, levando em conta que, a realidade além de não ser única não deve ser tomada como uma verdade absoluta, além do que, aceitação e contemplação não são sinônimos de conhecimento, o conhecimento necessita de pesquisa, de discussão, experimentação e de análise.

Nesse sentido, o trabalho com a Educação Patrimonial antes de "pregar" a necessidade de preservação de um bem patrimonial, deve orientar a sua reflexão, a ideologia do discurso existente no aparentemente simples ato de se preservar.

Em suma, preservar “porque existe” ou porque se não cuidarmos “pode deixar de existir” não são argumentos aceitáveis, pois, o valor de um Patrimônio Cultural consiste no valor que atribuímos a ele a partir do despertar de uma sensibilidade possível através do conhecimento, logo, a preservação por si só não gera conhecimento e tampouco desperta sensibilidade.

Nesse sentido, antes de pensarmos a Educação Patrimonial como sinônimo de preservação, devemos pensá-la enquanto um “mecanismo de conhecimento”, uma “ferramenta” para a leitura dos símbolos culturais representadas através dos patrimônios, ou seja, antes de se "levantar a bandeira da preservação", é preciso estimular a reflexão sobre o porquê aquilo está sendo preservado, pois, são os valores que atribuímos aos bens culturais que justificam ou não a necessidade de preservá-los.

Esse raciocínio, nos leva ao ponto chave do objetivo essencial da Educação Patrimonial que é possibilitar o entendimento e fornecer ferramentas para a leitura desses bens de natureza cultural.

A Educação Patrimonial, se comparada a outras disciplinas existentes, também deve se preocupar em responder a questão que a define. Assim como as demais disciplinas de ciências, história, literatura, entre outras, que antes mesmo de iniciarem suas atividades pedagógicas,

¹³MENESES, Ulpiano T. Revista Ciências e Letras: educação e museus, 2000.p. 94-95.

partem do questionamento que leva os sujeitos raciocinar sobre o conceito, sobre o que se trata cada área, através de perguntas simples, geralmente feitas antes mesmo de se iniciar o estudo de cada disciplina, como por exemplo: "o que é ciência"? O que é história? O que é Literatura? Ou, Porque estudamos ciências? Para que serve a História? Porque devemos aprender sobre Literatura?

Os trabalhos com a Educação Patrimonial também devem se preocupar em responder a questão referente à sua existência, ou seja, deve buscar inicialmente responder: o que é Educação Patrimonial? Antes de promover atividades de Educação Patrimonial como vem sendo observado na grande maioria dos projetos dessa temática.

Nesse sentido, o pensamento anteriormente exposto, que sugere comparar a Educação Patrimonial as outras disciplinas existentes, pode levar a pensar na seguinte questão: mas... A Educação Patrimonial é uma metodologia, uma “prática educativa” e não uma disciplina como outra qualquer.

(...) enquanto a disciplina envolve atividades sistemáticas e programadas dentro do currículo, a prática educativa visa à formação de hábitos do educando de uma maneira abrangente, envolvendo os vários aspectos dessa formação, perpassando pelas diferentes disciplinas.¹⁴

A princípio, é verdade que a Educação Patrimonial não é "ainda" entendida como uma disciplina. De acordo com as "LDB (s)"- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a Educação Patrimonial deve ser introduzida como uma "temática transversal de prática interdisciplinar".

Contudo, tendo em vista às frequentes dificuldades encontradas entre os profissionais de formações distintas no trabalho com uma temática tão específica sobre o Patrimônio Cultural, pensar na Educação Patrimonial enquanto disciplina distinta pode ser uma medida facilitadora e possível.

Essa proposta de pensarmos a Educação Patrimonial enquanto disciplina específica nos foi pontada na mais completa obra sobre esta temática que encontramos, até então, durante aproximadamente quatro anos de nossa pesquisa¹⁵, no livro intitulado: *"La educación patrimonial - Teoria y práctica en el aula, el museo e internet"*, de Olaia Fontal Merrillas,

¹⁴ FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

¹⁵ Nossa pesquisa sobre a temática da Educação Patrimonial teve início no ano de 2017, com no trabalho de conclusão de curso do bacharelado em História da UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei/ Mg), intitulado “Educação Patrimonial em São João del-Rei e o encaminhamento da lei nº3.826/2004” apresentado e aprovado para obtenção do título de bacharel em História.

adquirido durante o estágio em nossa Missão de Estudos, realizado no ano de 2010, na Argentina, do qual retomaremos mais adiante.

No trabalho citado, a autora propõe um modelo integral para o ensino e o aprendizado do Patrimônio Cultural, com metodologia específica, através do desenvolvimento de um campo disciplinar autônomo contemplando práticas, contextos e estratégias específicas e claramente argumentadas, segundo a autora:

(...) La educación - como campo disciplinar_ cuando aborda el concepto de patrimonio lo hace centrando sus intereses en aquellos objetivos que son prioritarios en su disciplina (...) configurar un cuerpo disciplinar centrado exclusivamente en la educación patrimonial, parece necesario determinar una posición científica argumentada. Sin embargo, entendemos que la realidad es bien diferente y que las acciones educativas en torno del patrimonio se han abordado históricamente desde otras disciplinas que, aunque han podido generar planteamientos interesantes, carecen de una conciencia autónoma, de una identidad como campo del conocimiento y de una genealogía clara, contribuyendo a reforzar la marginalidad de esta área o su constante dependencia de la < combinación disciplinar > .Podemos entender que ahora, en esta < época de fertilidad > que merece comenzar, por fin la educación patrimonial se puede desarrollar con unos referentes claros para definir identidad nítida.¹⁶

Nesse sentido, ainda tendo como base os estudos de Olaia Fontal Merillas, as atividades com a Educação Patrimonial tratada de maneira interdisciplinar, além de gerar dificuldades para o desenvolvimento das atividades para o próprio professor uma vez que, cada formação possui sua metodologia específica devido à formação distinta das diversas áreas do conhecimento, acaba limitando a temática específica do patrimônio cultural e a todas as suas variáveis, assim a autora aponta para:

(...) la necesidad de establecer un cuerpo teórico específico, que se ocupe de la educación patrimonial en su conjunto e que considere todas sus variables (...) la disciplina de la educación posibilita diferentes interpretaciones, dando lugar a teorías, modelos y planteamientos empíricos también diferenciados. Esto supone que, cuando abordamos la educación patrimonial, se vuelve necesario determinar una posición científica argumentada que deriva em última instancia, de la particular concepción del patrimonio y de la educación que pregamos¹⁷.

Outro problema encontrado em muitos trabalhos e estudos sobre a Educação Patrimonial quanto a sua conceituação, é o que atribui a Educação Patrimonial o sinônimo de “alfabetização cultural”.

¹⁶ MERILLAS, Olaia Fontal. La educación patrimonial: Teoría y práctica en el aula, el museo e internet. Somonte-Cenero. Gijón (Asturias : Ediciones Trea, 2003.

¹⁷ Idem, 2003, p. 85.

Desde o trabalho sobre Educação Patrimonial, de Maria de Lourdes Parreira Horta o Guia Básico de Educação Patrimonial de 1999, onde a autora define a Educação Patrimonial como:

um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.¹⁸

Essa conceituação vem sendo reproduzida, sem haja uma reflexão quanto ao que se está sendo chamando de Alfabetização Cultural, o que é extremamente perturbador, pois, se existe uma “alfabetização cultural” sugere-se que existam também “analfabetos culturais”, o que nos leva a um pensamento equivocados, principalmente por se tratar de um tema tão complexo e abrangente quanto o conceito de cultura.

Contudo, não é nossa intenção no presente trabalho discutir, nesse momento, o conceito de cultura, pretendemos com isso apontar os prejuízos que esse tipo de abordagem pode gerar, uma vez que entendemos que cada vez mais o conceito de cultura vem se ampliando, onde a tendência da dicotomia existente entre cultura erudita e cultura popular é cada vez mais questionada e o conceito de cultura é cada vez mais ampliado, tendendo a ser cada vez menos subdividido, pensar num mecanismo de “alfabetização cultural” perde o sentido.

Logo, considerando que a cultura pode ser entendida como sinônimo de “quaisquer” intervenções, práticas, expressões, ambientes, produções e comportamentos dos seres humanos caracterizando os sujeitos tanto em suas individualidades, quanto no ambiente coletivo, pensar que existam “analfabetos culturais” não é apenas contraditório ao que entendemos hoje por Cultura, é também um retrocesso ao discurso da existência de “povos primitivos e sem cultura”, utilizado pelos colonizadores como meio de justificar sua autoria de dominação e até mesmo justificando o massacre de outras culturas e de outros povos.

Nesse sentido, ser diferente, não significa ser sem cultura, ao contrário, o que nos possibilita pensar em cultura e identidade é exatamente a existência do confronto com o diferente, logo, a expressão que sugere a existência de povos “aculturados” é extremamente equivocada e, portanto, não deveria passar despercebido principalmente nos trabalhos que tem como objetivo a apreensão desses valores representados através de Patrimônios Culturais.

Assim, compartilhamos com a idéia de André Luís Soares, onde o autor analisa a expressão “alfabetização cultural” apontando que:

¹⁸ Idem, 1999.

(...) Quando Horta (HORTA *et all*, 1989) utiliza o termo ‘*alfabetização cultural*’ para o processo de educação patrimonial, mesmo usado de forma relativa (dado o uso de aspas), pode ser submetido a uma interpretação ambígua, pois pode induzir o leitor a acreditar que as pessoas ao qual se destinam a EP são “analfabetos culturais”. Desta forma, estaríamos pensando em uma oposição entre cultura erudita *versus* cultura popular, ou ainda, segmentando a cultura em classes, ao invés de pensar o termo “cultura” como o resultado da ação humana, seja em sociedade, em suas relações com o meio ou com o sobrenatural.¹⁹

Outros sinônimos atribuídos a Educação Patrimonial, que citamos no texto introdutório deste trabalho como um problema a ser discutido, refere-se à utilização das expressões “resgate de memória” e “meio de se reviver o passado”, também reproduzido freqüentemente nos trabalhos dessa temática como justificativa para este tipo de ação educacional.

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar a palavra “resgate”, deixando a discussão acerca do conceito de “memória”, entendido aqui, grosso modo, como “lembranças”, salvo que no próximo capítulo faremos uma revisão mais detalhada do assunto, no momento, nossa preocupação volta-se para a palavra “resgate” conforme ressaltamos é repetidamente utilizada nos trabalhos sobre Educação Patrimonial (e sobre o Patrimônio Cultural) muitas vezes apresentada com outras terminologias como: “resgate do passado” ou “resgate da identidade” entre outras.

Isso porque, a palavra “resgatar” nos remete a falsa idéia de “imutabilidade” de “salvação”, quando na realidade, nossas memórias estão em constante movimento, sendo “evocadas” a partir de uma variedade de estímulos que nos levam a “interpretá-las”, “reinterpretá-las”, adquirindo com isso, por mais sutis que pareçam, a cada evocação uma “nova roupagem”, um novo sentimento, e, portanto, a expressão “resgate de memória” torna-se no mínimo questionável, como nos aponta *Ulpiano T. Bezerra de Meneses*²⁰ em seu artigo intitulado “*Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*”:

(...) convém ter presente que memória não pode ser objeto de ‘*resgate*’ pois ela não deve ser confundida com os suportes pelos quais indivíduos, grupos e sociedades constroem e continuamente reconstroem (sempre em função das necessidades impostas pelas situações) uma auto-imagem de estabilidade e permanência. Trata-se de um processo historicamente mutável (...) a noção de que a memória aparece enraizada no passado, que lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve (restando-lhe, quanto ao presente, transmitir os bens que já tiver acumulado) é também falsa: a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente.²¹

Quanto à sugestão de que a Educação Patrimonial nos possibilita um “meio de reviver o passado” já causa de início um desconforto, uma vez que, se nem aquilo que lembramos pode ser

¹⁹ Idem, 2000. P. 07.

²⁰ Ibidem, MENESES, 2000. p.91.

²¹ MENESES, 2000. op. cit.p., 93.

“resgatado”, porque nossa memória passa por constates mutações, “reviver” uma situação passada por mais “semelhante” que seja não condiz com uma realidade possível, considerando que o passado também é fruto de “interpretações” de construções e reconstruções históricas.

Muitas vezes esse convite a “reviver o passado” nos é oferecido, através de algumas práticas pedagógicas do trabalho com a Educação Patrimonial tidos como uma possibilidade de “vivenciar experiências e sentimentos” projetando-nos a outras épocas, em diferentes contextos dos quais muitas vezes se quer vivenciamos.

Essa atividade nos leva a pensar em outra questão conceitual, a diferença existente entre o ato de “imaginar” e o de “lembrar”, considerando que a lembrança é em sua essência o registro de uma experiência vivenciada, de um conhecimento, grosso modo, podemos dizer que só lembramos daquilo que vivemos, no mais podemos “imaginar”.

Imaginar é um meio de projetar uma imagem a partir dos elementos que nos são dados de acordo com nossa interpretação, nossa criação, logo, “reviver o passado” deve ser claramente entendido como força de expressão ou uma figura de linguagem e não como uma atividade possível e natural, onde a abordagem crítica passa despercebida.

Além do mais, considerando que a história, seja ela tida como oficial ou marginal não é detentora de uma verdade absoluta, pensar em “reviver o passado”, por mais que remeta uma “romântica e apreciável nostalgia” não é uma possibilidade verdadeira, pois o próprio conhecimento histórico que se dá a partir de interpretações, “leituras” de fatos, acontecimentos, indícios e atribuição de valores, relatos, memórias e sentimentos.

(...) a linguagem histórica deve ser compreendida enquanto tradução de linguagens culturais, com suas temporalidades próprias. A idéia de tradução leva inicialmente a duas questões (a) a tradução decifra códigos, tornando-os inteligíveis, numa nova linguagem (b) nada disso se faz com neutralidade, inocência ou isenção de valores. (...) A idéia da tradução é boa justamente porque nos permite pensá-la como recriação, interpretação (...).²²

É nesse sentido que, o trabalho com a Educação Patrimonial deve interagir de maneira crítica deixando clara a existência dos valores contidos nessa tentativa de se reviver o passado, buscando identificar os motivos dessa atividade para que então ela possa atender aos objetivos do trabalho da Educação Patrimonial que é levar o indivíduo a reflexão e não a uma simples “aceitação” saudosista que por mais encantadora que pareça está repleta de valores e intenções previamente estabelecidas.

²² MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). Inventários de Identificação: IPHAN, 1998, p. 45.

Nesse sentido, passado é presente vivo, é reconstrução contínua. (...) É preciso pensar o patrimônio dentro do contexto em que vivemos; não adianta adotarmos, como posicionamento diante do problema, um *correr atrás* para salvarmos aquilo que esse ‘mundo cão vem destruindo’. (...) A visão de que o patrimônio está dado, e nós somos ilustres intelectuais capazes de reconhecê-lo ou revelá-lo, já não tem mais lugar está ultrapassada.²³

Assim, após essa breve discussão acerca dos conceitos atribuídos à Educação Patrimonial, buscamos responder de maneira sintética a questão fundamental deste capítulo – *Afinal, o que é e o que estamos chamando de Educação Patrimonial ?*

Atribuímos a Educação Patrimonial o sinônimo de “metodologia” - também reconhecida como um processo - que tem como objeto o Patrimônio Cultural, logo, semelhante à definição do conceito de metodologia, a Educação Patrimonial representa uma preocupação instrumental, cuidando dos procedimentos, das ferramentas e dos caminhos, com o intuito de trabalhar a realidade através não apenas da prática como também através da teoria.

A Educação Patrimonial constitui um conjunto de práticas que tem como objeto o Patrimônio Cultural seja ele de natureza material, imaterial, natural, “espiritual”, nesse sentido, podemos entender que fazem parte da Educação Patrimonial um conjunto de atividades ou “ações educativas”, cujo objeto seja o Patrimônio Cultural como:

1. Visitas guiadas (técnicas) a museus, teatros, igrejas, “prédios históricos”.
2. Passeios pela cidade – orientados.
3. Atividades de Educação Ambiental.
4. Práticas de Turismo Cultural.
5. Atividades que envolvam o ensino da História Local (regional) e do Patrimônio Cultural em diferentes escalas.

Essas práticas de Educação Patrimonial, irrestritas a área da educação, encontram terreno fértil em diferentes áreas do conhecimento científico como: nas Artes, nas Ciências Naturais, na Museologia, na Arquitetura, na História, na Geografia, no Turismo, pois a Educação Patrimonial por ser uma “metodologia” é bastante flexível, o que facilita sua viabilização em projetos apoiados pelas leis de incentivo fiscal de diferentes órgãos governamentais (que muitas vezes trabalham em parcerias) como nos ministérios da educação, da cultura e do turismo.

Considera-se neste estudo que as mudanças proporcionadas para este tipo de ensino que tem como objeto o Patrimônio Cultural, têm como marco a Constituição Federal de 1988, devido

²³ Idem, 1998, p. 46.

à ampliação inerente ao conceito de Patrimônio Cultural nela instituído, bem como pela regulamentação da obrigação do estado em garantir além da proteção do Patrimônio Cultural, o acesso às fontes da cultura nacional e o dever de proporcionar incentivos para a produção e para o conhecimento de bens e valores culturais.

1.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AS LEIS DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Segundo a Constituição Federal de 1988, no capítulo III- Da Educação, da Cultura e do Desporto, em seu artigo 216 define:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- As formas de expressão.
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico.²⁴

O Patrimônio Cultural conforme definido pela Constituição Brasileira de 1988, possibilitou a ampliação do conceito de “cultura nacional” ganhando este cada vez mais espaço no cenário das leis federais, logo, a valorização e o acesso a cultura passaram a fazer parte dos objetivos dispostos nas leis de diferentes repartições.

Em 1996, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - nº. 9394/96, no artigo 26, salienta que o currículo do ensino fundamental e médio deve abrir um espaço para que haja um estudo voltado para a cultura regional e local e também abre espaço para a construção de uma proposta de ensino que possibilite a difusão do conjunto de bens culturais dos estados e municípios.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.²⁵

²⁴ Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

²⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Logo, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – que são propostas, sugestões não obrigatórias, enfatiza que além das disciplinas obrigatórias, o ensino deve abrir espaço para “incorporar” as experiências diferenciadas da população em respeito à diversidade brasileira.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva – “incorporar” – Temas Transversais às questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual.²⁶

Considerando que, a Educação Patrimonial é também entendida como “ação educativa” que tem como objeto o Patrimônio Cultural em suas diferentes formas de apresentação e expressão verifica-se que essa prática também pode apoiar-se a na lei nº11. 904/2009, que institui o Estatuto de Museus, na subseção II - Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa - salienta em seu artigo nº 29 que:

Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.²⁷

Tendo em vista que o meio ambiente, natural, histórico e arqueológico, também constitui o Patrimônio Cultural, outra possibilidade de sustentação legal para o exercício da Educação Patrimonial pode ser baseada nos projetos de “Licenciamento Ambiental” que exigem que os empreendedores viabilizem ações de valorização do patrimônio.

O Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que está previsto na lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que visa conciliar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico instituindo:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente²⁸.

²⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112089.htm

²⁸ Disponível em < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1981/6938.htm>> consulta realizada em 10/07/2010.

Deste modo, consideramos que, se por um lado essa “flexibilidade” das ações de Educação Patrimonial é positiva por favorecer as atividades do ensino do patrimônio nas mais diversas áreas do conhecimento científico, por outro lado, essas associações podem facilitar a dispersão do objetivo educacional proposto no projeto onde uma área de interesse acaba sendo favorecida em detrimento de outra como podemos observar nas recorrentes associações entre a “educação” e o “turismo” onde a Educação Patrimonial freqüentemente aparece como auxiliar para uma melhoria para o desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial passa a ser entendida como sinônimo de preservação e logo, a preservação assume um valor econômico, onde o patrimônio preservado torna-se um atrativo turístico, um bem de consumo do “mercado cultural” capaz de gerar recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável da comunidade em questão.

É frente a essa trama de interesses, que os conceitos referentes ao Patrimônio Cultural se confundem, conforme se observa nos projetos de Educação Patrimonial, tomando como um exemplo o depoimento de uma das supervisoras educacionais, responsável pelo o repasse e coordenação dos projetos de Educação Patrimonial nas escolas do município de São João del-Rei – MG,(que veremos detalhadamente adiante no estudo de caso do capítulo 3 deste trabalho) que ao ser questionada , durante a entrevista, com a pergunta:

O que ficou claro para você, quanto à necessidade da implantação por parte da prefeitura em desenvolver nas escolas do município um projeto de Educação Patrimonial?Respondeu-nos:

- Acho que a prefeitura sabia da necessidade de informar a população da cidade que não tava sabendo dar informação pro turista que chegava e perguntava onde fica isso, assim, assim... O cidadão morava na cidade e não sabia prestar informação pro turista (...) daí a necessidade da gente tá repassando pros alunos, no caso, pra eles terem conhecimento do espaço que eles vivem e poder informar o turista que tá chegando (...)²⁹.

Essa associação “confusa” de que Educação Patrimonial é uma prática voltada para o desenvolvimento turístico é extremamente recorrente nos trabalhos voltados para esta temática, claramente visível no *slogan* “AQUI EM SÃO JOÃO DEL-REI A EDUCAÇÃO GUIA O TURISMO” do projeto de Educação Patrimonial analisado de nosso estudo de caso, que culminou no lançamento do Almanaque de Educação de São João del-Rei.

²⁹ Entrevista realizada com as supervisoras escolares(em setembro de 2011) que participaram do “curso de capacitação para o trabalho com a Educação Patrimonial” na cidade de São João del-Rei /MG.

Nesse momento, consideramos importante apresentar brevemente o estudo sobre a Educação Patrimonial que desenvolvemos durante as atividades de estágio na Argentina, que conforme observamos apresentam uma distinção entre turismo e a educação bastante produtiva no trabalho com o ensino do patrimônio.

1.4 OUTROS OLHARES: PRÁTICAS DO ENSINO DO PATRIMÔNIO EM BUENOS AIRES/ARGENTINA.

A pesquisa em Buenos Aires - Argentina - foi sem dúvida uma experiência significativamente enriquecedora, a começar pelo fato de que estudar e vivenciar uma cultura distinta contando com o apoio e a colaboração de profissionais de diferentes formações amplia os caminhos da pesquisa bem como possibilita a visualização do objeto analisado sob diferentes perspectivas.

Este trabalho sobre Educação Patrimonial em Buenos Aires - Argentina, foi desenvolvido através do *Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento de la Posgrado – Brasil / Argentina (CAFP/BA)* durante a missão de estudos realizada no período de 16 de julho a 16 de agosto de 2010.

O objetivo principal do projeto apresentado à comissão organizadora propôs-se analisar comparativamente as atividades educacionais voltadas para o patrimônio cultural na cidade de Buenos Aires que fossem similares as práticas que no Brasil conhecemos como Educação Patrimonial.

Inicialmente, fez-se um levantamento bibliográfico e análise dos materiais produzidos para os alunos e para os professores (principalmente), bem como a observação das atividades pedagógicas utilizadas nesse tipo de educação em alguns museus, cemitérios³⁰ entre outros estabelecimentos públicos da cidade.

Considerando que a Educação Patrimonial constitui-se de práticas de ensino voltadas para a leitura do Patrimônio Cultural, o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento é fundamental para seu melhor aproveitamento, assim, esta pesquisa ao contar com a colaboração de

³⁰ Visitas orientadas em cemitérios é uma prática bastante recorrente enquanto atividade turística na cidade de Buenos Aires/Ar, conforme observamos durante o estágio da missão de estudos realizado em 2010.

profissionais de diferentes áreas, pedagogos, museólogos, geógrafos, arquitetos, historiadores, bibliotecários, professores através de indicações bibliográficas e orientações, apontou diferentes caminhos, contribuindo significativamente na qualidade e para o enriquecimento teórico deste nosso trabalho.

Depois de realizada a primeira etapa de busca bibliográfica, leituras e observações, foi possível delimitar o que se pode ser entendido como Educação Patrimonial em Buenos Aires, tendo em vista que, apesar das práticas de “enseñanza del patrimonio” serem similares as práticas de Educação Patrimonial no Brasil, esse termo não é utilizado na Argentina.

Para o desenvolvimento deste trabalho no exterior contamos com a co-orientação de Marta Dojuvne³¹, que nos viabilizou o contato com Silvia Alderoqui³², profissional responsável pela produção e coordenação desses materiais auxiliares para o ensino do patrimônio em projetos do governo de Buenos Aires na área da educação.

Silvia Alderoqui é autora de importantes livros voltados para o ensino do patrimônio como: o “*Guia Turístico de Buenos Aires para chicas y chicos*”, “*Paseos por la Ciudad de Buenos Aires*”, “*Buenos Aires se Aprende*” entre outros, dos quais destacamos o primeiro o “*Guia Turística de la Ciudad de Buenos Aires para chicos y chicas*” de Silvia Alderoqui y Pompi Penchansky.

Este livro possui 115 páginas coloridas e ilustradas que ajuda na orientação de passeios pela cidade de Buenos Aires, onde além de apresentar seus monumentos relaciona-os com suas histórias, ajuda a despertar o interesse pelos seus símbolos, dá dicas de onde ir, como ir (que transporte utilizar), em quais datas do ano (calendário), é um material que foi produzido para orientar os pais para onde levar seus filhos ou para aqueles que queiram fazer o passeio sozinho com intuito de conhecer a própria cidade.

É importante observar esse material, pois, percebe-se que ele atende em sua essência a proposta de uma Educação Patrimonial, uma vez que foi produzido como um auxiliar educativo e

³¹ *Licenciada en Letras de la UBA, especialista en temas de museos. Secretaria del Museo Etnográfico de la Universidad de Buenos Aires, forma parte del comité académico de la Maestría en Administración Cultural de la UBA y es docente del Instituto de Altos Estudios de la Universidad Nacional de San Martín. Fue investigadora del Centro Nacional de Investigación, Documentación e Información de Artes Plásticas, México.* Informações disponíveis no site: www.fadu.uba.ar consultado em: 20/09/2010.

³² *Licenciada en Ciencias de la Educación, Especialista en Didáctica de las Ciencias Sociales, Educación Artística y función pedagógica de los museos. Trabaja em temas de La ciudad y educación urbana. Especialista de La Dirección de Currículum de La Municipalidad de La Ciudad de Buenos Aires.* ALDEROQUI, Silvia: *Museos y escuelas: socios para educar*, Argentina, editorial Paidós, 1996.

não um apenas como mais um “guia para recepcionar turistas” como pode ser verificado na passagem deste guia intitulada: “*Para el Hambre*”, onde as autoras fazem um alerta ao público leitor, deixando claro o que o público alvo deste trabalho é sua população local:

(...) ¡Cuidado! :en los lugares donde pasean los turistas (cerca de la Plaza Dorrego, los domingos, y Plaza Francia) todo es más, caro, Además, es muy interesante meterse en algún mercado y comprar frutas raras o alguna clase de pan que nunca probaron³³.

Entre as indicações bibliográficas sugeridas pela autora citada estão as revistas elaboradas nos programas do governo: “*Proas a La Ciudad*” de 2006 e 2007, pelo Ministério da Educação, “*A toda costa*” em 2000, pela Secretaria da Educação e direção General de Planejamento, “*Guia Turistica de la Ciudad de Buenos Aires para chicas y chicos*” de 1998 e o livro intitulado “*Ciudad y ciudadanos. Aportes para La enseñanza del mundo urbano*” de 2006, “*Apuntes sobre los Tiempos del Nacimiento de la Patria*” e “*Nuestra(s) Plaza de Mayo*” de Carlos Moreno.³⁴

Silvia trabalhou com temas sobre a “educação urbana” para diversos organismos do governo da cidade de Buenos Aires e de outros municípios, ela ressaltou entre as dificuldades enfrentadas nos projetos de educação voltados para o Patrimônio Cultural na Argentina, o problema refere-se à falta de divulgação e distribuição dos materiais produzidos por tais projetos onde não há um acompanhamento das práticas educacionais bem como há um problema com a descontinuidade destes projetos que terminam a cada mudança de governo.

Outro sujeito importante no trabalho com “la Enzeñanza del Patrimonio” na Argentina, autor de diversas obras, anteriormente citadas, que tem como objetivo o ensino do Patrimônio Cultural em Buenos Aires ,que também colaborou com nossa pesquisa, é o arquiteto Carlos Moreno³⁵.

Entre os materiais por ele produzidos, encontramos pôsteres, DVDs e livros, especialmente elaborados para o trabalho dos professores nas escolas públicas em 2007, como no livro intitulado “*Nuestra(s) Plaza de Mayo*” que conta a história da urbanização de Buenos Aires

³³ ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei: Guía turística de la ciudad de Buenos Aires para chicos y chicas. Argentina, editorialde Ángel Estrada y Cía.S.A,1999.

³⁴ Consideramos importante citar este material, tendo em vista que, a falta deste tipo de produção está entre os principais problemas verificados em nossa pesquisa sobre a “Educação Patrimonial” no Brasil.

³⁵Arquiteto, docente e investigador.Vicepresidente de la Comisión Nacional de Monumentos. Há publicado vários livros sobre el patrimonio cultural regional, el trabajo rural, la historia de la vivienda, la tecnología de la construcción y la evolución de las formas del trabajo: *La casa y sus cosas, De las viejas tapias y ladrillos; yendo, viniendo y poblando; la ciudad e sus cosas; La chacra de Diego de Caseros, etcétra*. ALDEROQUI,Silvia:Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano, Argentina,editorial Paidós,2006.

desde, a formação da cidade, a partir de um da relação entre seus patrimônios e sua contextualização histórica.

As modificações arquitetônicas das construções públicas e das residências particulares que compõem o cenário da praça, um modo geral, retratam as mudanças de hábitos bem como a presença dos diversos personagens que da história portenha, desde os colonizadores e a presença marcante de sua cultura expressa tanto na arquitetura das igrejas quanto na presença de espaços para touradas, que ocorriam na atual Plaza de Mayo, a presença de populações indígenas de diversas origens como os Incas do Peru e os Tupis Guarani.

No cenário das casas retratou também a presença dos escravos e os espaços que ocupavam nas casas, a culinária, a presença dos gaúchos e o surgimento da classe burguesa. A ocupação do espaço urbano é retratada, através das cenas ilustradas detalhadamente que enfatizam a importância de se entender “a praça” não simplesmente como um “lugar monumental” mais como um lugar de relações sociais e culturais que ela representa.

Entre los espacios de escala social se destacan las plazas, un lugar que desde su origen fue abierto, generalmente de libre acceso y convocante ante cualquier necesidad o expectativa (de muchos o algunos). Estos lugares se han ido transformando con el tiempo hasta ser parcialmente reemplazados por otros cerrados y de acceso controlado, como mercados, estádios o shoppings. En América, luego de la conquista europea, las plazas adquirieron un protagonismo muy fuerte, por su valor funcional e simbólico. Pese a ser un simple espacio urbano apenas contenido por fachadas, pobres o ricas, las plazas son el corazón de la trama urbana.³⁶

Contudo, ao que diz respeito à distribuição desse rico material anteriormente citado, Carlos Moreno nos relata que esse material, apesar de ter sido produzido através de um projeto do governo para ser distribuído nas escolas, não teve divulgação tampouco houve um “acompanhamento” dessa distribuição o que acabou sendo prejudicial, pois, segundo o autor, muitos dos livros se quer chegaram as escolas pois alguns professores acabaram apossando-se desse material, que logo esgotou-se logo após sua distribuição, ainda sim, felizmente, é possível encontrá-lo digitalizado, disponível na Biblioteca do Governo de Buenos Aires.

O ensino do patrimônio nas escolas de Buenos Aires, apesar de estar estreitamente relacionado às atividades pertencentes as “Ciências Sociais” aplicadas na educação infantil, assim como no Brasil, é realizado de um modo geral como complemento das diversas disciplinas como as Artes, na História, na Geografia, onde a escolha das atividades bem como o local para sua realização é selecionado pelo professor.

³⁶ MORENO, Carlos; MARONESE, Leticia. Nuestra (s) Plaza de Mayo. Buenos Aires: Comisión para la preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007. P. 10.

Contudo, observamos que essas atividades de Educação Patrimonial em Buenos Aires, contam com uma estrutura bem organizada onde o diálogo entre as escolas e os museus, que é espaço de maior procura para a realização destas atividades extraclasse, encontra-se bem desenvolvido, contando com o apoio de profissionais especialmente preparados para o atendimento do público estudantil, bem como existem museus que disponibilizam espaços especificamente voltados para este tipo de atividade as quais os estudantes podem tocar em peças - réplicas das originais – o que torna a atividade muito mais dinâmica quanto prazerosa, como se destaca as atividades observadas no Museo Etnográfico de Buenos Aires.

Observa-se que em Buenos Aires dentre as atividades de Educação Patrimonial a visita guiada é que mais se destaca, oferecida em todos os museus observados durante o estágio entre eles além do “Museo Etnográfico”, o “Museo de la Ciudad”, o “Museo del Cabildo”, o “Malba” (Museo de Arte Latinoamericana), em outros estabelecimentos como: no “Planetário”, na “Biblioteca de los Maestros”, na “Biblioteca del Gobierno”, em cemitérios como: “Cementerio de Recoleta”- o mais conhecido turisticamente- e o cemitério de “Chacarita”, bem como em centros culturais como a “Manzana de las Luces”, em edifícios do governo como na “Casa Rosada”, também em na praça “La Plaza de Mayo e Dorego” e ainda passeios por ruas e bairros como “San Telmo” e “Caminito”.

Outra atividade de “enseñaza del patrimonio” que se destaca em Buenos Aires são os passeios turísticos gratuitos pela cidade oferecidos pelo governo do estado durante todo o ano, que se destina tanto para o público local quanto visa atender ao público turista.

Quanto às produções bibliográficas, a cidade dispõe de um rico acervo sobre a história da cidade e de seus Patrimônios Culturais, que auxiliam na educação do Patrimônio Cultural, disponíveis para a pesquisa e também para a aquisição, na biblioteca e na livraria do governo.

Em geral observa-se que na Argentina, a produção bibliográfica sobre Educação Patrimonial distingue dos materiais produzidos no Brasil, por apresentarem uma “intenção” educacional realmente centrada no ensino, onde a preocupação turística ao contrário do que temos observado no Brasil aparece em posição secundária ou até mesmo em obras específicas produzidas pelas secretarias da Cultura e/ou do Turismo, enquanto no Brasil a associação entre o Turismo e a Educação encontra-se extremamente vinculada onde muitas vezes a intenção turística acaba sobressaindo conforme observado capítulo 3, que apresenta o estudo de caso.

Por outro lado, no Brasil os trabalhos com a Educação Patrimonial são intensamente divulgados possibilitando que um maior número de pessoas tenha acesso às informações, enquanto na Argentina, os materiais que são produzidos, conforme observado nessa pesquisa possui uma divulgação limitada dificultando o acesso a este material pelos professores que muitas das vezes se quer tem conhecimento da existência desses trabalhos, conforme nos relatou Silvia Alderoqui e Carlos Moreno.

Contudo, mesmo que o Brasil e a Argentina possuam suas singularidades culturais, bem como apresentam diferentes maneiras de se trabalhar com compreensão desses valores culturais, sem dúvida a crença de que a base do conhecimento está na educação os aproxima levando a reflexão sobre importância que se deve prestar às formas de apropriação de bens culturais e sobre o valor da educação como instrumento essencial para a compreensão do “Patrimônio, da Memória, da Identidade” e dos demais elementos que não por acaso representam a cultura de um povo, que ao mesmo tempo a difere dos outros e a identifica enquanto integrantes de uma mesma nação.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL: REVISANDO CONCEITOS.

2.1 MEMÓRIAS COMPARTILHADAS: O PATRIMÔNIO ENQUANTO CATEGORIA DE PENSAMENTO.

Por trás das preocupações habituais da salvaguarda dos patrimônios, manifesta-se o desejo de valorizar as memórias coletivas das sociedades. Não se trata de uma nostálgica volta ao passado nem de uma recusa em viver o tempo presente. Para além dos prazeres obsessivos da salvaguarda dos objetos, surge um movimento de consagração de todos os signos culturais.

Henri-Pierre Jeudy³⁷

O “Patrimônio Cultural”, entendido enquanto categoria de pensamento é um “objeto” privilegiado para o reconhecimento e manutenção da identidade de um povo, uma vez que, essas expressões culturais registradas através desses patrimônios, tornam possível o estudo das relações sociais contidas nessas “memórias materializadas” que o Patrimônio Cultural representa.

Nesse sentido, o Patrimônio Cultural atua como forma de sustentação das relações humanas, pois, além de possibilitar um conhecimento voltado para o entendimento de uma coletividade, proporciona ao indivíduo seu próprio reconhecimento enquanto sujeito integrante de uma cultura específica, historicamente contextualizada.

É através desse universo de bens e de saberes, que os grupos sociais se percebem como agentes de sua história, logo, essa sensação de reconhecer-se como parte integrante de uma cultura, de uma dada tradição, estimula a busca pelo conhecimento, visando o prazer pelo entendimento pessoal ou o reconhecimento enquanto sujeito integrante de uma coletividade.

Assim, o Patrimônio Cultural possibilita um conhecimento voltado para o indivíduo, para a valorização de sua própria cultura bem como a “descoberta” e o reconhecimento com respeito às outras culturas, aos outros povos. Grosso modo, podemos considerar o Patrimônio

³⁷ JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do Social; tradução: Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ensaio e Teoria, 1990.

Cultural como um meio onde uma sociedade (um grupo, uma comunidade, uma população...) armazena suas “memórias coletivas” (compartilham memórias).

Para melhor esclarecermos o que estamos chamando de “memória coletiva”, tomamos como referencial as contribuições de Henri Bergson, Maurice Halbwachs e Joel Candau acerca do entendimento sobre o conceito de memória. O que é memória ? Ou, de onde vem nossa memória; Buscando responder a essas questões, tanto Bergson quanto, posteriormente Halbwachs, criticaram a psicologia que tentava explicar a memória a partir de experimentos físicos e biológicos com o corpo humano.

Para Bergson, a memória não se perpetua no meio físico, ela é pura recordação, onde o corpo serve de suporte material para que esta memória se manifeste, assim, a memória não está gravada no cérebro, trata-se de um fenômeno inconsciente, uma representação “(...) nosso corpo é um instrumento de ação. Em nenhum grau, em nenhum sentido, sob nenhum aspecto ele serve para preparar, e muito menos para explicar, uma representação”.³⁸

Segundo o autor, a memória é um fato individual e pode ser dividida em dois tipos distintos: a “memória hábito”, aquela que está associada às necessidades de efetuar ação, ou seja, uma memória de trabalho que é adquirida através da memorização, da reprodução e a “memória pura”, que é aquela ligada aos sentimentos.

Para Bergson, a lembrança, elemento articulado pela memória, consiste na conservação total do passado e sua ressurreição. Já para Halbwachs, esse pensamento que tem como referência a memória, ao contrário da teoria de Bergson (memória como fato individual), é puramente social. Nesse sentido, a memória não funciona como algo espontâneo, ela pressupõe um trabalho de reconstrução e de ressignificação do passado, onde o mais importante não é “o que” é lembrado e sim o “como” é lembrado.

Com isso, a grande contribuição de Halbwachs acerca do conceito de memória se deu pela abordagem sociológica onde a memória, aparece não mais como um fato individual, ela aparece como um conjunto de recordações comuns, reconhecidas e condicionadas por um determinado grupo. Essas recordações são capazes de se modificar e de se adaptar as diferenças temporais adquirindo novos valores, adequando-se as novas “ideologias” o que possibilita com isso que as “tradições” sejam reinterpretadas ressignificando assim o passado no presente.

³⁸ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo como espírito*. Tradução: Paulo Neves- 3ª edição. São Paulo, 2006.p. 263.

Ainda segundo Halbwachs, há um intenso predomínio do social sobre o individual, onde as memórias dos indivíduos dependem do contato e do relacionamento que estes possuem com os diversos grupos ou instituições sociais como, por exemplo, a família e a religião. Dessa forma, a grande maioria de nossas lembranças não parte “verdadeiramente” de nós mesmos e sim das lembranças que temos com o meio os quais estabelecemos um contato social onde a linguagem aparece como um instrumento decisivamente socializador dessa memória.

Nesse sentido, a “memória coletiva” pode ser encarada como uma constituinte atrelada a um espaço de convivência onde imperam as necessidades de sociabilidade do indivíduo.

Joel Candau problematiza o uso da categoria “memória coletiva” nas ciências humanas e sociais, na medida em que estas tendem à generalização dos conceitos aplicados aos indivíduos pertencentes a um mesmo grupo tornando-se retóricas holistas (conceitos universais).

De hecho, en su acepción corriente, la expresión “memoria coletiva” es una forma de metamemória, es decir, un enunciado que los miembros de un grupo quieren producir acerca de una memória supuestamente comun a todos los miembros de esse grupo.³⁹

Segundo Candau, a “memória coletiva” na verdade, não existe. Trata-se de uma metáfora que serve de instrumento de pesquisa frente ao reconhecimento de um passado comum incorporado como memória, vinda de um elemento político que recompõem as recordações de um grupo. Nesse sentido, as lembranças são recriadas o que determina a não confiabilidade da memória como um processo neutro.

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas que se relacionam através de índices comuns. São configurações intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.⁴⁰

Considerando que o Patrimônio Cultural seja uma forma materializada de memória, esta memória estabelece uma “ligação” entre os homens através de seus suportes “materiais ou virtuais” através do movimento de evocação de lembranças que vão sendo reiteradas no cotidiano. Nesse sentido, percebe-se a estreita relação existente entre o tempo e a memória, entre o passado e o presente, onde a memória só existe na medida em que aquele que se lembra consegue se sentir afetivamente ligado no presente a uma vivência do passado.

Existem mecanismos que nos possibilitam evocar determinadas lembranças, esses mecanismos é o que chamamos de suportes de memória, esses suportes apresentam-se em forma “material”, através de imagens, objetos, lugares, “monumentos”, entre outros, bem como de

³⁹ CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Buenos Aires: Editora Del Sol, 2001.p. 22.

⁴⁰ BOSI, Ecléia. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo, 2003. p. 31.

forma “virtual”, através dos sentidos, como o olfato e o paladar. Grosso modo, a memória necessita de estímulos para que certas lembranças possam vir à tona.

No presente trabalho, abordaremos o Patrimônio Cultural como representante das memórias socialmente compartilhadas, contudo, para que possamos compreender esse universo de bens que o constituem é importante pensarmos na própria construção do conceito daquilo que hoje entendemos como Patrimônio Cultural. Para isso, tomamos como base, inicialmente, os estudos de Françoise Choay.

Antes mesmo de se em “Patrimônio Histórico” falava-se de “monumentos históricos”, e antes mesmo de se pensar nos “monumentos históricos”, já existiam os “monumentos”, presentes nas mais diversas sociedades em tempos distintos. Segundo a autora, o monumento reveste-se de:

[...] natureza afetiva de seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção uma memória viva. Nesse sentido, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas remorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças⁴¹.

Assim, entende-se por monumento aquilo que traz à lembrança de alguma coisa (fato, acontecimento, marco...), onde é possível a partir do movimento de preservação destes, perceber o desejo de perpetuação de “memórias coletivas” através dos tempos, o testemunho cultural expresso nesses monumentos que as sociedades pretendem conservar como marcas de sua existência, logo, “o monumento muito se assemelha a um universal cultural, sob múltiplas formas, ele parece presente em todos os continentes em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escrita”⁴².

Com o passar dos anos, chega um momento em que a sociedade passa a exigir algo mais desses “monumentos” onde o simples fato deles existirem não atende as necessidades da busca pela importância e pelo significado de sua existência, assim, grosso modo, os monumentos passam a ser interpretados enquanto “monumentos históricos”, adquirindo uma análise dentro de determinados contextos bem como surgem novos monumentos criados com propósitos distintos de “perpetuação” não mais apenas como um “simples” suporte de memórias, eles adquirem cada vez mais uma sistematização e atribuição de valores que fundamentem sua existência (bem como o conceito de beleza, estética), ampliando também a visão “antropológica” desses “objetos.

⁴¹CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.p. 18.

⁴² Idem, 2001.

Gradativamente os conceitos que abrangem a idéia de “bens culturais”, foram ganhando maiores dimensões; do conceito de “monumento” para “monumento histórico” e de “monumento histórico” para a idéia de “patrimônio histórico” e nesse sentido, o que entendemos hoje enquanto Patrimônio Cultural foi abrangendo novos bens e novos significados.

Segundo Henri-Pierre Jeudy, surge o movimento de “consagração de todos os signos culturais” e logo “os monumentos não são mais suficientes, a grande onda do ‘retro’ fez surgir à vontade de apropriar-se e de cuidar dos traços de um passado recente”.

A museologia viria em socorro ante o desmoronamento das crenças nos grandes valores da humanidade, seria a reserva de transmissão dos conhecimentos e das práticas, constituindo-se num verdadeiro teatro das memórias. A legitimação de tal empreendimento faz-se cada vez mais sistemática. Da restituição das identidades culturais a um tratamento das memórias coletivas, as razões de modernizar a própria idéia de conservação constituem a lógica dessa reabilitação do sentido⁴³.

Nesse sentido, entende-se que houve uma mudança irrestrita a idéia de “Patrimônio Histórico” e da idéia de “preservação”, houve também uma mudança ideológica bem como na busca pelo entendimento (no discurso) acerca das representações dessas identidades culturais.

E os modos de vida, de pensamento, de comunicação vêm complementar as novas representações do patrimônio. Ao invés de ser considerado uma aquisição, o patrimônio apresenta-se como conquista e apropriação social, desafiando assim a regularidade burocrática da classificação em Monumentos históricos.⁴⁴

Apesar de que a idéia de patrimônio “perdura desde a Revolução Francesa como modo de reprodução das mentalidades coletivas”, tanto sua representatividade quanto os valores que lhes são atribuídos não mais se sustentam pela “simples” necessidade de sua preservação, atualmente, o desafio volta-se para uma atividade permanente de ressignificação dessas representatividades, não por acaso, o próprio conceito de “Patrimônio” modificou-se ampliando o sentido não mais restrito ao simples desejo de colecionar coisas, mas potencializando a constituição de novos patrimônios.

⁴³ JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do Social; tradução: Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ensaio e Teoria, 1990. p.2

⁴⁴ Idem, JEUDY, 1990.p. 7.

2.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.

Para melhor compreendermos a dinâmica do patrimônio no contexto brasileiro, é de suma importância levar em conta o papel político, pois esse está intimamente ligado às propostas públicas de preservação desses bens.

Num primeiro momento, a partir do final da terceira década do século XX, surge uma preocupação por parte do Estado, em “salvar vestígios do passado” através da proteção de monumentos históricos e artísticos. Posteriormente, passa incluir além da proteção desses monumentos a formação de uma identidade coletiva com o objetivo de fortalecer o “gosto” pelo nacional.

A fim de possibilitarmos uma melhor percepção da dinâmica do patrimônio nacional, discorreremos brevemente a trajetória do patrimônio no Brasil, num primeiro momento quanto ao seu surgimento e a elaboração da idéia de patrimônio. Num segundo momento, a criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936. Período de grandes acontecimentos no país devido à instauração do Estado Novo e a consolidação do Movimento Modernista.

Foi ainda nesse período, que as tradições culturais brasileiras eram mobilizadas no sentido de legitimar o regime vigente, com isso, houve ainda uma relevante preocupação por parte do governo federal em nacionalizar o ensino fundamental objetivando a criação de uma cultura nacional e homogênea.

Nas décadas de 70 e 80, com a abertura do regime militar, novos interesses e valores são nitidamente percebidos e a noção de patrimônio foi novamente ampliada estimulando a participação da sociedade através de certa apropriação do universo simbólico referente ao patrimônio por parte da população.

Ainda nos anos 70 e 80, que uma importante temática passa a ser discutida, a questão relativa à preservação e ao desenvolvimento. Foi também neste período que duas importantes linhas de atuação, a “Pedra e Cal” e a de “Referência” atuaram paralelamente possibilitando uma maior abertura para a seleção e valorização de bens que compõem o patrimônio.

Por fim, discorreremos acerca do período que compreende a década de 90 até os dias atuais, onde é possível observar algumas transformações e inúmeros debates referentes ao conceito de Educação Patrimonial.

A atuação do Estado frente à proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico nacional, no Brasil passa a ser efetivamente considerada a partir da década de 30 do século XX com a criação de um órgão responsável pela elaboração de leis e salva guarda deste patrimônio, o SPHAN.

O Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 surge com o compromisso de selecionar o que deveria ser considerado um “patrimônio nacional” bem como as estratégias de proteção que seriam aplicadas e legitimadas através de leis.

Apesar de haver uma preocupação anterior em preservar objetos de arte no país através dos museus, foi a partir da criação do SPHAN que a proteção patrimônio passa a ser subsidiada em forma de lei. Os dois principais fatores os quais devemos considerar neste período, referentes à vida cultural e política do Brasil foram: o Movimento Modernista e a instauração do Estado Novo. Tais acontecimentos ocorridos nas primeiras décadas do século XX proporcionaram um duplo compromisso do SPHAN, o de se adequar a um movimento cultural renovador e ao mesmo tempo adequar-se a um regime autoritário.

Durante o período do “Estado Novo”, o governo de Getúlio Vargas buscava elementos que legitimassem esse regime político através da criação de uma “identidade nacional”. Este período, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, ficou conhecido como “A Fase Heróica”, heróica por identificamos nele a preocupação em “salvar” os monumentos históricos do país, do contrário eles corriam o risco de desaparecer o que para os modernistas era considerada uma perda irreparável. É importante destacarmos a contribuição do movimento modernista para a elaboração do conceito de patrimônio no Brasil, pois é dele que surge seu principal representante.

Mário de Andrade, responsável pela a criação do anti-projeto que deu origem ao Decreto Lei nº 25, de 30.11.1937 que culminou na criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil. A criação do Decreto Lei nº 25, cuja autoria é atribuída ao então ministro Rodrigo de Melo Franco de Andrade, contemplava a proteção dos bens de patrimônio cultural, definidos segundo Mário de Andrade no seu anti-projeto que amplia a visão sobre o patrimônio nacional incluindo nela elementos para além do material.

Nesse período, foram os integrantes do movimento modernista, que buscavam com este movimento a “descoberta” e a própria “definição” do que seriam os elementos integrantes de uma cultura “legitimamente brasileira”, os principais personagens na elaboração e na definição do que

viria a ser considerada uma “cultura nacional”. Contudo, o país encontrava-se sobre a vigência de um regime autoritário, com a criação do Estado Novo, Getúlio Vargas buscava na criação de símbolos culturais elementos que legitimassem seu regime apoiando-se no discurso de uma “identidade nacional”.

Nesse sentido, para que as massas populares fossem atingidas, as instituições oficiais apoiaram-se, sobretudo a criação de símbolos que evocassem a pátria, como as bandeiras e hinos, além de se preocupar com a nacionalização do baseado na ideologia do “estado forte” que se buscava construir.

É importante observarmos neste momento que, apesar do governo buscar apoio nos modernistas no que se refere à cultura, o objetivo de ambos não se correspondiam, pois, grosso modo, os modernistas buscavam não só o acesso como a “valorização” de uma da cultura popular enquanto na esfera política o governo pretendia “criar” uma cultura homogeneia, tradicional e de culto aos símbolos os quais deveriam ser “assimilados” como elementos de uma cultura de identidade nacional. Nesse sentido, conforme os estudos de Maria Cecília Londres Fonseca, no Brasil o conceito de patrimônio já nasce como um desafio, o de “ao mesmo tempo buscar um consenso e o de incorporar a diversidade”.

A política de preservação do patrimônio brasileiro, instituída em 1937 pelo SPHAN, estabeleceu o tombamento, instrumento de cunho jurídico que institui que o bem protegido não pode ser destruído ou mesmo descaracterizado, como seu principal instrumento de preservação.

Contudo, essa ferramenta de preservação não se adequou a outros tipos de bens para além dos materiais e dos bens móveis, assim fez-se necessária à criação de outros instrumentos de preservação mais abrangentes onde os bens de natureza “imaterial” pudessem ser contemplados.

(...) embora o inventário tenha sido mencionado, já em 1949, como um trabalho prioritário, capaz de produzir a classificação sistemática dos bens e embasar adequadamente as indicações para o tombamento – mesmo dentro dos limites dessa proposta – a prática institucional, nesses primeiros 30 anos do IPHAN, restringiu essa tarefa ao registro da feição estético-estilística, dos bens de ‘flagrante valor’, como objetivo de evitar sua demolição ou desabamento, indicando o tombamento em caráter de ‘emergência’.⁴⁵

Atualmente, o IPHAN (antigo SPHAN) é ainda o principal órgão federal na política de preservação do patrimônio cultural encarregado de fazer o cadastro, o tombamento e a restauração dos bens considerados de “excepcional” valor histórico-artístico, documental,

⁴⁵MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). Inventários de Identificação: IPHAN, 1998, p. 15.

arquitetônico, paisagístico e arqueológico do país este órgão regido pelo decreto lei nº25, de novembro de 1937 estabelece que:

Artigo 1º- Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁴⁶

Contudo, foi na década de 70 que pudemos observar efetivamente a ampliação no conceito de patrimônio cultural que passou a englobar além das obras já citadas, bens relacionados à identidade, a memória e as diversas manifestações culturais dos mais variados grupos que compõem a sociedade, destacando assim a noção de “referencia cultural”.

Nesse sentido, fez-se necessária à formulação de uma nova lei que atendesse a esse novo e ampliado conceito de patrimônio, ainda sim, esse mecanismo de preservação “diferenciado” só se tornou instrumento de ação do poder público no ano 2000 com o registro de bens culturais de natureza “imaterial” e do “Inventário Nacional de Referências Culturais”.

Nos anos 70, houve mudanças efetivas para o entendimento dessa demanda. Deu-se início do processo de descentralização das ações de preservação resultando na criação de inúmeros órgãos estaduais de patrimônio e posteriormente novas coordenações regionais do IPHAN. Foi criado no âmbito do governo federal o PCH - Programa integrado de Recuperação das Cidades Históricas – (em 1973) e o CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural- (em 1975).⁴⁷

No estado de Minas Gerais, ainda na década de 70, foi criado um órgão responsável pela preservação do patrimônio, o IEPHA- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- pela lei estadual nº 5.775, de 30 de setembro de 1971 sendo posteriormente alterada por duas outras leis estaduais a de nº 8.828, de 5 de julho de 1985 e a lei nº 11.258, de outubro de 1993. O IEPHA, ainda em atividade, é uma fundação pública que possui autonomia tanto administrativa como financeira e possui privilégios legais decidindo sobre os tombamentos no nível estadual tendo como base legal o mesmo decreto lei nº 25/37 que organizou e instituiu o sistema de proteção do patrimônio no Brasil.

Outra lei de importante destaque na atualização do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil encontra-se na Constituição Federal de 1988, que apresenta uma definição ampliada no conceito de Patrimônio Cultural por incluir as formas de expressão os modos de fazer, criar e viver.

⁴⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Departamento de Identificação e Documentação- DID/ Ministério da Cultura.

⁴⁷ Idem, MOTTA, 1999, p.16.

Assim, o artigo 216 Constituição Federal de 1988 define que:

Art.226- Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer, e viver.

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico paleontológico, ecológico e científico.⁴⁸

Na década de 90, com intuito de se discutir as novas possibilidades e estratégias para a proteção ao patrimônio dito “imaterial”, foi organizado em Fortaleza um seminário de âmbito internacional. O evento culminou na criação da “Carta de Veneza” em 1997, cujo foco principal foi à recomendação e o aprofundamento de discussões acerca dos bens culturais de natureza “imaterial” e em prol ao desenvolvimento de estudos voltados para que houvesse uma regulamentação do registro de bens dessa natureza.

Apesar da abordagem das expressões “patrimônio material” e “patrimônio imaterial” apresentar uma falsa dicotomia, uma vez que esses bens não se dividem do contrário, se complementa, apontam para uma discussão enriquecedora, pois, possibilita o aprofundamento da análise conceitual o universo desses bens patrimoniais favorecendo a reorganização destes bens em categorias de acordo com suas características específicas buscando uma melhor adequação aos mecanismos de preservação a partir de suas singularidades.

Nesse sentido, instituiu-se através do decreto lei nº 3.551, de agosto de 2000 o registro do patrimônio imaterial com instrumento legal de preservação.

A criação do registro estabeleceu a inscrição dos bens de natureza imaterial em livros de registro denominados respectivamente:

- Livro de Registro dos Saberes _ para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

- Livro de Registro das Celebrações _ para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

- Livro de Registro das Formas de Expressão _ para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e

- Livro de Registro dos Lugares: _ destinado á inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.⁴⁹

⁴⁸ Fundação João Pinheiro _Curso de Capacitação em Planejamento e gestão de Políticas Públicas de Cultura(apostila).Belo Horizonte,2006.

Encontra-se no livro de registro, entre outras importantes manifestações, (confeção de Pannels de Barro das Paneleiras de Goiabeiras-ES (saberes), a Lavagem do Bonfim em Salvador (celebrações), a Xilogravura do Nordeste, a Moda de Viola do centro-sul, a Cerâmica Figurativa no Vale de Jequitinhonha, etc);o “Toque dos Sinos” de São João del-Rei/ Minas Gerais no livro de registro das forma de expressão categoria definida como:

Formas não lingüística de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por indivíduos ou grupos reconhecidos pela comunidade, e em relação às quais o costume define norma, expectativas, padrões de qualidade, etc...⁵⁰

Devemos lembrar que existem outras leis e normas bem como houve e há um grande número de seminários e recomendações que discutem as estratégias de regulamentação e proteção dos bens de Patrimônio Cultural no Brasil.

É importante ressaltarmos ainda que, existem mecanismos de incentivo fiscal que visam à proteção dos bens culturais específicos para cada município apoiado na Constituição Federal de 1988.

Esse incentivo prevê que cada município deve criar uma lei de proteção do patrimônio cultural e um conselho municipal para atuar na identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural de um município visando à melhoria na qualidade de vida de cada um deles.

Ainda na década de 90, no estado de Minas Gerais (baseada na Constituição Federal), o governo mineiro criou a lei nº 12.040/95 que estabeleceu alguns novos critérios para que o repasse do capital arrecadado pelo o ICMS fosse realizado.

publicada em 28 de dezembro de 1995 a Lei nº 12.040, ou Lei Robin Hood. Esta indicava novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, visando descentralizar a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres; incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais; induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões. Assim, os novos critérios introduziram outras variáveis que modificaram a metodologia de cálculo usada. Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei nº 12.428 que alterou a lei anterior, diminuindo o peso do VAF, e melhorando a participação dos critérios: Área Geográfica, População, População dos 50 mais Populosos, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Produção de Alimentos e Receita Própria.

⁴⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Identificação e Documentação- DID/ Ministério da Cultura.

⁵⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Identificação e Documentação- DID/ Ministério da Cultura.

A lei que prevaleceu até o fim de 2009 foi à lei nº 13.803 de 27 de dezembro de 2000, que manteve os critérios e as variáveis da Lei anterior (12.428/96)⁵¹.

Com o intuito de definir os critérios para o repasse de recursos foi publicada uma tabela de pontuação onde as ações e políticas culturais, sobretudo o tombamento, foram agrupados nas seguintes categorias: Núcleos Históricos (NH), Conjuntos Paisagísticos (CP), Bens Imóveis (BI), e Bens Móveis (BM), sendo que nas esferas federal, estadual e municipal, os bens tombados pelo IPHAN ou pelo IEPHA receberão uma pontuação maior de acordo com sua categoria.

Partindo do entendimento de que não devemos deixar de pensar o que Patrimônio Cultural parte também de escolhas políticas, consideramo-lo enquanto categoria de pensamento representada através de símbolos, expressões, signos, códigos de linguagem e outros elementos de significações determinadas. Logo, para que o indivíduo possa compreender e se apropriar desses bens culturais não basta apenas saber que estes existem, é necessário que haja certa apropriação de códigos possibilitam fazer a leitura desse universo simbólico, representados através destes bens.

Grosso modo, o valor atribuído ao Patrimônio Cultural hoje, já se encontra “incorporado” nas mais diversas sociedades, mesmo que, muitas vezes não seja compreendido em seu sentido mais amplo, podemos observar que esses bens são respeitados e fundamentados na forma de diversos programas e projetos sociais existentes que ainda sim contam com órgãos especializados para sua preservação, manutenção, divulgação, entre outros órgãos estes amparados teórica e metodologicamente por de leis e decretos, nas esferas federais, estaduais e municipais.

Essa “incorporação” do patrimônio com algo natural é problemática, uma vez que, aquilo que é visto como “natural”, deixa de ser “pensado”, correndo os riscos da alienação, perdendo de vista a rede de articulação social e política que esses discursos abrangem.

Entendemos ainda o Patrimônio Cultural como a soma do que se convencionou chamar de “Patrimônio Material, Imaterial, Histórico, Edificado, Natural” (entre tantas outras definições), contudo, nosso intuito nesse capítulo é possibilitar pensá-lo enquanto categoria de pensamento não apenas nas formas simbólicas de suas representações mais sim pensar a valorização do Patrimônio Cultural desviando o olhar tradicional sobre aquilo que deve ou não ser valorizado, preservado, buscando analisar um pouco mais sobre os “motivos”, as “estratégias”, o Patrimônio Cultural enquanto um mecanismo de articulação social.

⁵¹ Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>

Nesse sentido, sem deixar de pensar a representação e a preservação do patrimônio enquanto escolha política, refletir sobre quem, como, quando, pra quem e através de quais meios essas escolhas são feitas certamente nos possibilita um melhor entendimento da forma como as sociedades se organizam, como se posicionam frente aos diferentes tipos de sociedade, grupos e até mesmo como se organizam frente a questões mais abrangentes como as que envolvem demarcações territoriais.

Segundo Michael Brown⁵², não existe um “patrimônio universal”, uma vez que as culturas são heterogêneas, a própria percepção intrínseca de patrimônio e identidade são também heterogêneas ainda compartilhando da idéia de Michael Brown quanto à inexistência de um “patrimônio universal”, David Lowenthal⁵³ refere-se ao patrimônio como algo “híbrido”, por se tratar de um processo que depende da apreciação do próprio grupo envolvido e das sociedades a partir de um objeto, pois, para que “patrimônio” tenha significado, para que se legitime e que “funcione” é necessário que haja um diálogo entre as partes (os que definem o objeto e os “subalternos”) uma vez que, se não há uma identificação dos grupos com o seu Patrimônio Cultural “selecionado” esse patrimônio perde o significado, o valor e a “necessidade” de existir.

Todos esses “elementos culturais” nos levam a pensar como se formam as identidades sociais e como se constroem as hierarquias e valores, como as categorias regionais funcionam como estas debatem e organizam sua legislação, seus princípios e suas leis. Nesse sentido, não devemos deixar de pensar o contexto nas quais estão inseridas que levaram a elaboração de discursos de legitimação e de elaboração de políticas institucionais.

Michael Brown, quanto aos conflitos de identidade vivenciados atualmente, aborda uma importante questão de caráter sócio-psicológico, onde os indivíduos da sociedade atual encontram-se “impelidos” a assumir uma postura ativa às condições de sua própria existência. Tal fenômeno, abordado por Dominique Poulot⁵⁴, em “Ecossistema do Patrimônio”, atribui essa “tensão” em prol a preservação e busca de identidades ao fenômeno social decorrente da “aceleração do tempo e do lugar” na “modernidade”, onde as distâncias são encurtadas e

⁵² BROWN, Michael F. Heritage Trouble: Recent Work on the Protection of Intangible Cultural Property. *International Journal of Cultural Property*, (12): 40-61, 2005.

⁵³ LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. *International Journal of Cultural Property*, (12): 393-423, 2005.

⁵⁴ POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.

informações (constantes e variadas) percorrerem enormes distâncias em tempo “real”, através da Internet.

Ainda sim, o contato constante entre diferentes culturas, acontecimentos, fatos, somados a instabilidade do mercado de trabalho e mesmo quanto à própria identificação e reconhecimento dos indivíduos frente à tão variada diversidade, possível de ser observada e vivenciada virtualmente gera (pode gerar) “insegurança existencial”.

Nesse sentido, o estudo através do Patrimônio Cultural nos possibilita compreender melhor não “apenas” nosso “objeto de estudo” limitado a um ou outro bem cultural, mas a rede de relações políticas e sociais as quais estão envolvidas. Tanto no pensamento voltado para do indivíduo “singular” quanto ao entendimento das relações entre os indivíduos sociais ou pertencentes um grupo, a uma comunidade local, ou mesmo numa visão universal das relações humanas.

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO JOÃO DEL- REI/ MG.

3.1 MINAS GERAIS, A CIDADE DE SÃO JOÃO DEL – REI E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL.

Neste capítulo, apresentaremos o estudo de caso realizado na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, sua relação com o Patrimônio Cultural e as atividades de Educação Patrimonial realizadas no município a partir do histórico de suas práticas, passando pela elaboração da lei 3.826/2004 e posteriormente à análise do processo de apreensão e capacitação dos professores, através da análise do discurso destes, referente ao ensino do patrimônio, mediante a entrevista realizada em setembro de 2010.

Minas Gerais, o estado brasileiro que possui o maior número de municípios do país, dispõe de um riquíssimo e variado acervo cultural, representado tanto no plano “imaterial” quanto no “material”, através de suas práticas religiosas, musicais, poéticas, históricas, gastronômicas, teatrais; pelos seus monumentos, imóveis, móveis, artesanais, seus conjuntos

arquitetônicos, pelo seu patrimônio ambiental, suas serras, cachoeiras, por suas “pedras”, pelo “jeito” de sua gente e nos demais elementos culturais nacionalmente reconhecidos e socialmente valorizados.

A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. (...) O fenômeno assumiu tamanho relevo que, já em 1790, quando uma ordem régia determinara aos ouvidores das comarcas providenciarem para ‘se fazerem [...] todos os anos umas memórias (...) examinando-se atentamente o patrimônio da região, não há senão reconhecer-se que (...). Minas Gerais produziram, no lapso breve de pouco mais de um século, obras de literatura, de música, de arquitetura, escultura e artes menores cujo conjunto constitui (...) testemunho irrecusável de uma escola mineira, com traços próprios e bem vinculados, que permitem identificá-los nas obras de feição erudita ou popular aqui realizadas.⁵⁵

Conforme nos conta a história... Antes mesmo da criação do SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minas Gerais foi a “menina dos olhos” de Mário de Andrade, que a partir de suas considerações levou inicialmente a cidade de Ouro Preto a ser reconhecida já nas primeiras décadas do século XX, como “monumento nacional”.

Em junho de 1919, Mário de Andrade chegava a Minas Gerais pela primeira vez. Com o fito de buscar as origens de um gênio artístico autenticamente brasileiro (...). Embora Mário de Andrade localize as origens de uma arte tipicamente brasileira em três matrizes, quais sejam, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, é nesta última onde se teria constituído a expressão máxima da brasilidade. Em sua perspectiva, Minas conformaria o nicho privilegiado no qual se teriam dado as mais originais, autênticas e belas criações artísticas brasileiras. (...) Ele vai encontrar nas cidades mineiras ditas históricas, especialmente em Ouro Preto, São João del-Rei e Congonhas, exemplos ou modelos legítimos, originais, de uma autêntica manifestação autóctone⁵⁶.

Entre seus mais de 800 municípios, escolhemos a cidade de São João del-Rei como possível região de estudo, escolha esta que não se deu por um acaso, ou pela simples proximidade com objeto de estudo.

A escolha da “mineiríssima” de São João del-Rei, que além de contar com seus mais de 300 anos de história e possuir entre seus bens tombados pelo IPHAN⁵⁷: conjuntos arquitetônicos, praças, travessas, pontes, igrejas, prédios, fontes e chafarizes incluindo ainda: “As Igrejas do Carmo, de São Francisco de Assis, de Nossa Senhora do Pilar, o Museu Regional e o Complexo ferroviário, que possuem tombamento isolado”, justifica-se pelo fato de que a cidade de São João del-Rei/MG, dispõe de uma lei sobre a criação do “Programa Educação Patrimonial” nas escolas do Município, a lei nº3.826, de março de 2004, que institui que as escolas do município incluam o ensino do patrimônio no currículo escolar.

⁵⁵ ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 1987.

⁵⁶ Idem, ANDRADE, 1987.

⁵⁷ IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Citada em diversos artigos, São João del-Rei é também considerada um modelo na prática da Educação Patrimonial conforme observa-se, no artigo de Edelfina Guimarães e Marcos Paulo de Souza Miranda que fazem a seguinte colocação:

Um bom exemplo de que a educação patrimonial deve interagir escola e comunidade, como proposto pelo PCN, é o projeto *Aqui em São João Del Rei a educação guia o turismo*. (...) Além do projeto *São João Del Rei* destaca-se como referência para o estado de Minas Gerais e para o país por contar em sua normatização interna com a Lei nº3. 826/2004, que dispõe sobre a criação do “*Programa de Educação Patrimonial*” em suas escolas municipais. Esse fato representa um avanço no processo de educação patrimonial que se propaga pelo país.⁵⁸

Outro exemplo se destaca através da reportagem: “Turismo Cultural e Educação Patrimonial mais Próximos”, de Daniel Chiozzini que cita a cidade de São João del-Rei como uma das precursoras nos trabalhos com a da Educação Patrimonial (e no Turismo Cultural):

A educação patrimonial vem ganhando destaque nas discussões sobre patrimônio histórico e também encontra um campo fértil dentro do turismo cultural. Um indício de que um crescimento mútuo pode estar começando é o intercâmbio crescente entre algumas instituições e órgãos que trabalham com as duas áreas, como o IPHAN e o Ministério do Turismo, e o surgimento de alguns projetos precursores, como na cidade de São Luis do Maranhão e São João Del Rei⁵⁹.

A cidade de São João del-Rei possui, entre seus bens patrimoniais, um conjunto arquitetônico e urbanístico tombado no âmbito federal, pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- a partir do decreto-lei 25, desde o ano de 1938. Para melhor contextualizarmos nossa região de estudo, discorreremos acerca da história do município de São João del-Rei e sua relação com o Patrimônio Cultural.

São João del-Rei⁶⁰, município do estado de Minas Gerais está localizada na região das vertentes⁶¹ sendo inicialmente ocupada no final do século XVII e elevada a categoria de Vila em 1713, enquanto ainda recebia o título de Comarca do Rio das Mortes, recebendo o título de cidade pela lei provincial nº 93 em março de 1838⁶².

⁵⁸ www.mp.mg.gov.br/extranet/baixarArquivo.action?idItemMenu=12448 ((acessada em 09/10/08).

⁵⁹ <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=147> (acessada em 09/10/08).

⁶⁰ Nota sobre a grafia

⁶¹ O município de São João del-Rei está situado na mesoregião do Campo das Vertentes e possui aproximadamente 1467 km(quadrados)) e uma estimativa populacional de 81.918 habitantes.Suas principais bacias hidrográficas são: Rio das Mortes, Córrego do Lenheiro,Córrego da Água Limpa, Ribeirão de São Francisco Xavier, Córrego do Rio Acima, Rio Elvas, Rio Carandaí.O Distrito sede está situado num vale,circundado pela Serra do Lenheiro, Morro da Força,Morro do Guarda-Mor,Morro do Matola,Vázea do Maçal e Serra de São José.O Município possui cinco distritos: São Sebastião da Vitória, Rio das Mortes, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Cajuru e Emboabas. Guia de Bens Edificados de São João del-Rei. Projeto Conhecer para preservar, 2008/2010.p. 07.

⁶² GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.p. 33.

Nas primeiras décadas do século XIX, antiga São João del-Rei, ficou conhecida também como a “Princesa do Oeste”, devido a sua intensa atividade comercial, onde o município citado era um dos principais abastecedores de produtos alimentícios para a Província do Rio de Janeiro.

A proximidade de São João del Rei com a fronteira do Rio de Janeiro, tendo acesso ao Caminho Real, principal rota de ligação da Corte com a zona mineradora de Minas, permitiu-lhe a centralização do comércio dos produtos do Sul da Capitania. A relevância do mercado do Rio de Janeiro para Minas pode ser atestada pelas informações coligidas por Eschwege sobre as exportações e importações mineira de 1818. Dos 43 produtos exportados por Minas, apenas seis (a farinha de mandioca, o milho, feijões, arroz, farinha de milho e tábuas) não se dirigiam ao mercado do Rio de Janeiro (...).⁶³

Ainda ao que se refere às atividades econômicas de São João del-Rei, os estudos de Afonso de Alencastro, esclarece que, apesar de estar localizada “nas minas” a extração do ouro (que era principalmente de aluvião) no município, “vieram diversificar ainda mais a estrutura produtiva da cidade”, ou seja, não era o ouro o principal responsável pela geração de riquezas do município e portanto, mesmo com a cessação das atividades de exploração do ouro a economia da cidade ainda sim prosperou.

Sérgio Buarque reconheceria que a cessação da exploração aurífera não foi impedimento para a prosperidade do antigo Arraial do Rio das Mortes, que continuou a abastecer toda a capitania com o fruto de suas atividades agrárias, pastoris e manufatureiras. O prosseguimento da situação afortunada da vila de São João del Rei, depois da idade do ouro, ficou lavrado na construção e acabamento de suas principais igrejas, finalizadas na primeira metade do século XIX.(...) Saint-Adolphe, em seu dicionário geográfico do Império, editado em 1845, falaria de São João del Rei como o município mais abastado de Minas Gerais, com excelentes pastos e terras para o plantio dos algodoeiros, dos canaviais e searas de milho.⁶⁴

Apesar de não ser nossa intenção nesse trabalho analisar a vida econômica de São João del-Rei, é importante destacá-la neste momento, pois, foi a partir desse cenário de intensa atividade econômica que se configurou um ambiente propício para o desenvolvimento da vida cultural do município.

Ainda ao que se refere às atividades econômicas, com intuito de possibilitar o escoamento da produção do município para o abastecimento do Rio de Janeiro, deu-se a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas - EFOM - inaugurada em agosto de 1881 “criada, em parte, com o capital mercantil acumulado pela elite são-joanense, é parte de um projeto mais amplo de integração das regiões do Império à Corte”.⁶⁵

⁶³ Idem, 202, p. 38.

⁶⁴ Ibidem, GRAÇA FILHO, 2002, p. 36.

⁶⁵ SANTOS, Welber Luis dos. A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del-Rei (1877-1898). Mariana, 2009.

Atualmente, São João del-Rei, possui um museu Ferroviário com aproximadamente 15 locomotivas, tombado pelo IPHAN em 1989, ainda sim, mantêm enquanto atividade turística, a visita ao Museu Ferroviário, e o passeio em locomotiva a vapor que parte da cidade de São João del_Rei até o município de Tiradentes.



Figura 1- Estação Ferroviária de São João del-Rei/M (Locomotiva a vapor).
Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_efom/sjdrey.htm



Figura 2- Estação Ferroviária de São João del-Rei/MG.
Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_efom/sjdrey.htm

Entre outros Patrimônios Culturais da cidade de São João del-Rei, destacamos ainda o Teatro Municipal de 1989 - construído após o desabamento do antigo Teatro São-joanense de 1839 e seus grupos teatrais, onde é possível observarmos tanto no plano “material” quanto no “imaterial” à estreita relação existente entre o Patrimônio Cultural da cidade com o sentimento de apropriação deste bem por parte de seu povo.

As primeiras notícias que temos sobre teatro nessa cidade datam de 1782 e constam do Livro de Acórdãos da Intendência Municipal. O texto refere-se a uma Casa da Ópera (...) Além dessa Casa da Ópera de 1782 ou de antes ainda, pois Affonso Ávila supõe existir uma casa desse tipo em São João del-Rei já em 1775, Antônio Guerra menciona em seu livro mais seis teatros diferentes construídos no século XIX e outros quatorze construídos no século XX, nem todos funcionando simultaneamente (...) Além dos edifícios teatrais, pode-se notar um número bastante significativo de autores locais. Antônio Guerra lista pelo menos 37 autores abrangendo o período que vai de 1879 a 1964 (s.d.: 9-11). (...) Os vários grupos teatrais amadores fundados tanto no século XIX, quanto no século passado, funcionavam simultaneamente, e chegaram mesmo a criar uma concorrência entre si (...) o «Clube Teatral Artur Azevedo» que (...) foi certamente o grupo amador de maior destaque na cidade e talvez o de mais longa duração em todo o Brasil⁶⁶.

Muitas vezes, essas companhias, apresentava certa rivalidade entre as apresentações locais com as apresentações das companhias que vinham de fora, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, onde se observou que o público dava preferência pela primeira, logo, conforme nos relata Alberto Ferreira da Rocha Junior as companhias vindas de fora encontraram como um “solução” para conquistar o público são-joanense a contratação de atores locais para compor seu elenco e com isso atrair o público que assistia as apresentações “privilegiando” o ator conterrâneo.

Referente à parte “material” também observamos a valorização que o público local desprendia ao espaço edificado do Teatro Municipal como um bem tão importante para a comunidade que a levou, com o desabamento do antigo edifício (1839), a uma mobilização social com intuito de exigir das autoridades locais a reconstrução (1889) e posteriormente sua inauguração deu-se 16 anos antes da inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

⁶⁶ ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira. São João del-Rei e o Teatro.



Figura 3- Teatro Municipal. Fotografia retirado do site:
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/juniorj/sets/72157603795872614/detail/>

Considera-se que a intensidade do movimento teatral pôde ser observada até meados de 1940, contudo, na década de 80, o teatro entra num processo de decadência chegando a ficar interdito “por questões de segurança” na deixando de funcionar ,na década de 90, quando mais uma vez a sociedade se mobilizou, a partir da campanha para “salvar o teatro municipal”, realizada em 1998, onde o teatro foi mais uma vez reformado tendo sua reinauguração no ano de 2003 e atualmente encontra-se em plena atividade, com apresentações de peças teatrais, musicais, de danças, solenidades, entre outros.

Nesse sentido, é importante percebermos o “Teatro”, não simplesmente enquanto uma “casa de espetáculos”, ou um “lugar monumental”, mas, como um lugar de relações sociais e culturais que ele representa.

A Biblioteca Municipal Bastista Caetano de Almeida, acredita-se que tenha sido a primeira biblioteca pública de Minas Gerais (fundada por volta de 1827), o Conservatório de Música Estadual Padre José Maria Xavier.



Figura 4- Ao fundo a esquerda para direita: Biblioteca Municipal Bastista Caetano de Almeida, onde funcionava o antigo Museu Barbara Heliodora (a biblioteca funciona no prédio dos fundos: ver figura 4.(foto da autora)



Figura 5- Fachada da Biblioteca Municipal. (foto da autora)



Figura 6-Parte do espaço interno da Biblioteca Municipal. (foto da autora)

As orquestras Bicentenárias, “Lira São-joanense” e “Ribeiro Bastos”, a Semana Santa de São João del-Rei , os Museus:

1. Museu Regional.
2. Museu Ferroviário e conjunto da EFOM (Estrada de Ferro Oeste de Minas).
3. Museu Tomé Portes del-Rei (sec.XVIII, pertenceu a família de Bárbara Heliodora).
4. Museu da FEB (Força Expedicionária Brasileira).
5. Memorial Tancredo Neves.
6. Memorial Dom Lucas Moreira Neves (que inclui sua biblioteca particular).

São João del-Rei, uma cidade mineira com mais de 300 anos de história, conhecida também como “Princesa do Oeste”, como “A cidade onde os sinos falam”, entre outros tantos apelidos que fazem referencia ao riquíssimo e variado Patrimônio Cultural .

Cidade representada pelo sagrado, de suas várias igrejas: Rosário, Pilar, Mercês, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Dores, São Gonçalo, São Francisco de Assis e por suas manifestações católicas da “Semana Santa”: Vias-sacras, procissões, suas irmandades, do toque dos sinos...

Representada também pelo profano, no seu carnaval, na música, no teatro e ainda, a cidade da “Maria Fumaça”, de “Bárbara Heliodora”, de “Alvarenga Peixoto”, da “Serra do Lenheiro”, dos escravos, dos expedicionários, do barroco, da musica, das lendas... É nesse rico cenário que escolhemos desenvolver a presente pesquisa.



Figura 7- greja São Francisco de Assis.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/cidagarcia/4497530770/>



Figura 8: Igreja Nossa Senhora do Carmo. Fonte:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=649129>



Figura 9: Rua Santo Antonio (“Rua das Casas Tortas”).
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=649129>



Figura 10: Córrego do Lenheiro e ao fundo a “Ponte da cadeia”.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=649129>

3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO E A LEI 3.826/2004.

A cidade de São João del-Rei/MG, dispõe de uma lei municipal nº3.826/2004, sobre a criação de um programa de Educação Patrimonial nas escolas do município, segundo esta lei:

Art.1º - Fica criado nas Escolas do Município de São João del-Rei o Programa “Educação Patrimonial” que visa facilitar o aprofundamento do conhecimento sobre Patrimônio Cultural e Natural de São João del-Rei.

Art.2º- Caberão os professores de educação infantil e do ensino fundamental incluir o conteúdo “Educação Patrimonial” em suas aulas com o objetivo de desenvolver o espírito crítico e proporcionar uma nova interpretação de patrimônio.

Art.3º- As disciplinas que nortearão o ensino do conteúdo supracitado serão Geografia, História e Educação Artística.

Art.4º- Os professores das demais disciplinas poderão trabalhar a “Educação Patrimonial” articuladas, numa proposta interdisciplinar, com as disciplinas citadas no artigo anterior.

Art. 5º- O conteúdo curricular e o material de Programa “Educação Patrimonial” serão formulados e coordenados pela Secretaria Municipal de Educação, com o acompanhamento da Comunidade escolar e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

Art. 6º- Poderá o executivo, através de Lei específica, designar, em caráter provisório, assessoria pedagógica para o desenvolvimento do Programa “Educação Patrimonial”.

Art. 7º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. ⁶⁷

Para melhor compreendermos o contexto de criação da citada lei, buscamos pesquisá-la a partir de sua criação, inicialmente procuramos nos informar sobre quem foram seus idealizadores, como surgiu essa “idéia” de transformar em lei municipal a proposta de ensino do Patrimônio Cultural nas escolas do município e qual o objetivo almejado através do projeto.

Nosso primeiro passo foi buscar informações a partir da análise das atas da câmara municipal, nesse documento verificamos que a lei nº 3.826/2004, foi apresentada a Câmara Municipal pelo então vereador Adenor Luiz Simões Coelho.

A citada lei teve sua discussão e votação iniciadas no dia 15 de setembro de 2003 e o segundo turno em 01 de março de 2004, em ambas as votações a lei foi aprovada por unanimidade entrando em vigor a partir de sua publicação, dia 03 de março de 2004.

Após a leitura e análise das atas, marcamos uma entrevista com o vereador, Adenor Simões, que foi um dos idealizadores do projeto e também o responsável pela apresentação da proposta na câmara dos vereadores de São João del-Rei.

Ao perguntarmos de onde surgiu a idéia de se pensar em Educação Patrimonial instituída num projeto de lei para as escolas do município, o entrevistado nos contou que ele em conjunto

⁶⁷ Prefeitura Municipal de São João del-Rei/MG. Documento disponibilizado pela Secretaria de educação do Município em setembro de 2008.

com as duas outras idealizadoras do projeto, Lucia Helena Bortolo Resende e Maria Tereza Resende Raposo as quais também entrevistamos, numa situação menos formal durante o desenvolvimento do nosso trabalho de conclusão de curso de bacharelado em História, tinham conhecimento do trabalho realizado com esse tipo de atividade na cidade de Ouro Preto (MG) e assim pensaram em “trazer” essa proposta para a cidade de São João del-Rei que segundo o entrevistado, tem importância pois acredita-se que esse tipo de ensino “despertaria o olhar das pessoas para a cidade” bem como possibilitaria a valorização do Patrimônio Cultural e artístico do município.

Buscando entender melhor como se deu essa “associação” entre os idealizadores do projeto, solicitamos ao entrevistado que nos contasse um pouco mais sobre os caminhos percorridos por eles, antes e durante o desenvolvimento dessas atividades.

Assim, num primeiro momento, quanto à formação da equipe, Maria Tereza Raposo, prima do vereador entrevistado, desenvolvia um trabalho de “divulgar a cidade de São João del-Rei”, através da Ciatur, bem como apresentou propostas de trabalho aceitas e realizadas em oficinas do Inverno Cultural da UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei) , em 2003, 2004 e 2005, que segundo Maria Tereza, foram realizadas “seguindo os passos da metodologia do ‘Guia Básico de Educação Patrimonial’” .

Lúcia Bortolo (então secretária da secretaria de Cultura de São João del-Rei), trabalhou como coordenadora das Artes Plásticas e Arte Educação no projeto de extensão da Universidade, Inverno Cultural⁶⁸, juntamente com Adenor Simões, que era coordenador das Artes Cênicas, durante os anos de 1999 até o ano de 2004.

Maria Tereza Resende Raposo e Lúcia Helena Bortolo Resende trabalhavam juntas num “projeto”, o qual se autodenominara de “ARTECIDADE” desenvolvido junto ao programa de revitalização da Biblioteca Municipal Batista Caetano D’Almeida no período de 2001 a 2004, assim, segundo o entrevistado que nesse período já era então vereador e já tinha interesse na área

⁶⁸O Inverno Cultural é um festival de arte e cultura promovido pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Realizado durante o mês de julho, desde 1988, é o maior programa de extensão da universidade e consolida sua vocação extensionista através de oficinas, exposições, lançamentos de livros, seminários, espetáculos de natureza diversa e shows, compondo um rico repertório e linguagens múltiplas da arte e da cultura. O evento vem se consolidando através da promoção, incentivo e revitalização das várias formas de manifestações artístico-culturais, tornando-se, desde as primeiras edições, referência cultural na região dos Campos das Vertentes. Disponível em: <http://www.invernocultural.ufsj.edu.br/>

de Preservação do Patrimônio da cidade de São João del-Rei ,logo, numa conversa entre eles sobre a cidade surgiu a idéia (não se sabe precisar, de exatamente de quem) em “trazer” para o município esse projeto de lei de ensino do patrimônio, tendo como referencia o projeto existente na cidade de Ouro Preto/MG.

Durante essa conversa pensaram na possibilidade de tornar esse projeto uma lei municipal uma vez que podiam contar com a apresentação e representação deste na câmara dos vereadores , assim partiram os três para a cidade de Ouro Preto para conhecer um pouco mais sobre o projeto que logo foi apresentado a câmara no mesmo ano, em 2003, tendo uma ementa adicionada em 2004, foi aprovada por unanimidade, passando a vigorar a partir da data de sua publicação.

Seguindo a “trajetória” das práticas educacionais que ocorreram na Biblioteca Municipal, a partir da análise do relatório de atividades (que constam no livro de registro da biblioteca), das quais destacamos:

1. A oficina “Descobrimo a cidade”, realizada em 2001, cujo público alvo foram os alunos da Escola Municipal Pio XII;
2. O “Barroco para crianças” realizado em 2002, ministrado para os alunos da Escola Estadual Inácio Passos;
3. A palestra intitulada “A Cidade de São João del-Rei no teatro, ministrada pelo professor Alberto Tibaji, aberta para ao público , também em 2002;
4. A “Oficina de Arte Tapete Temático- Areia e serragem, por Patrícia Monteiro, para a Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa em 2003;
5. O “Primeiro Encontro Literário e bate-papo com o escritor são-joanense Eric Ponty e exposição de obras de escritores são-joanenses” em 2004;
6. O bate-papo com o escritor são-joanense Ronaldo Simões Coelho e o lançamento de livros do Inverno Cultural e do jornal “São João SAB” (Jornal da Sociedade Amigos da Biblioteca) em 2005.

Nesse sentido, percebe-se que, apesar da lei que dispõe sobre a criação do Programa de Educação Patrimonial ter sido aprovada no ano de 2004, esse tipo de ensino do patrimônio que compõe as práticas de Educação Patrimonial a antecede, pois essas atividades já eram desenvolvidas na cidade antes mesmo de serem entendidas ou denominadas de Educação Patrimonial.

Segundo Maria Tereza Rapozo, a firma Ciatur Turismo LTDA em parceria com a escola de idiomas Cultura Inglesa e a Secretaria Municipal de Cultura foi proponente classificada no Edital 131/2005 do Programa UNESCO Monumenta, com o projeto denominado “Aqui em São João del-Rei a Educação Guia o Turismo”, iniciado em abril de 2006 com prazo de vigência até janeiro de 2007, onde “foram realizadas duas vertentes de atividades: Educação Patrimonial e Divulgação Turística” através da execução de um curso básico de guias turísticos (condutores), a “jornada municipal do patrimônio” e a elaboração e edição de “*folder*, almanaque e guia turístico”.

Foi então no ano de 2005, ainda parte do projeto (“movimento”) denominado ARTECIDADE, que se deu o início ao curso de capacitação de professores, voltado para a capacitação das “supervisoras” das escolas municipais (que posteriormente seriam as responsáveis pelo repasse do conteúdo para as professoras do ensino fundamental e médio do município) para o ensino do patrimônio em São João del-Rei, realizado em “módulos”.

O primeiro, módulo I, nos dias 08 a 14 de junho de 2005, de abordagem conceitual e demonstração de metodologia específica da Educação Patrimonial e o módulo II, nos dias 12 a 21 de setembro de 2005, para abordagem prática, confecção de jogos, elaboração de planos interdisciplinares, “elaboração de atividades interativas para o ALMANAQUE e planejamento do lançamento do livro do “Tombinho”.

Em fevereiro de 2006, Maria Tereza encaminhou um ofício ao então secretário da Educação, João Bosco de Castro Oliveira, apontando que entre os resultados do projeto que:

Foram experimentados alguns ensaios de produção do almanaque. Os resultados foram insuficientes para completar a edição. Será necessário retomar os trabalhos em 2006.

Ao Final, uma reunião de avaliação registrou as seguintes falhas:

1. Material: insuficiente ou com atraso na entrega.
2. Recrutamento de professores: falta de definição quanto às horas de trabalho- dia letivo ou dia de crédito.
3. Representação na zona rural: ausente por falta de condução.
4. Fotos: fotos cedidas para a confecção do dominó não tiveram reposição.
5. Material produzido: ficou disperso, deveria compor o acervo da Biblioteca Ambulante da Secretaria da Educação.
6. Provimento-necessidade de verba específica para pequenos gastos, não basta o planejamento. Estudar alternativa de captação de Patrocínio para folder, painel ontem- hoje, xerox, plastificação, etc.

Para dar prosseguimento ao “programa de Educação Patrimonial, iniciado em 2005 pelo Sr.Secretario de Educação João Bosco de Castro Teixeira, sugerimos uma efetiva sintonia como programa de Turismo Cultural da Secretaria da Cultura e turismo, na pessoa da Sra. Secretária Lúcia Helena Bortolo de Rezende e com a representante do Movimento ARTECIDADE e da firma Ciatur, Sra Maria Tereza Resende Raposo.

[...] *O plano proposto para 2006 será a referência para a redação da carta compromisso exigida pelo Programa MONUMENTA-UNESCO no contexto do projeto AQUI A EDUCAÇÃO GUIA O TURISMO.*⁶⁹(grifo nosso).

Assim, entendemos que o trabalho de capacitação das professoras para o ensino do patrimônio nas escolas do município, conforme regulamenta a lei nº3. 826/2004 teve início a partir das atividades desenvolvidas pelo “Movimento ARTECIDADE” no ano de 2005(contratado pela Secretaria Municipal de Educação) e continuidade com o desenvolvimento do “ALMANAQUE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL” no projeto “AQUI EM SÃO JOÃO del- REI, A EDUCAÇÃO GUIA O TURISMO” ,aprovado em 2005, desenvolvido em 2006, com vigência até janeiro de 2007, ano em que foi publicado,e também nesse mesmo ano a cidade de São João del-Rei recebeu o título de Capital Brasileira da Cultura que “trata-se de um título concedido a uma cidade, que passa a ser referência cultural no âmbito nacional e internacional”⁷⁰.

Após a realização dessa trajetória de elaboração e implementação da lei que regulamenta o ensino do patrimônio nas escolas do município de São João del-Rei, observamos, através de leituras dos trabalhos e relatos de as atividades desenvolvidas no município referentes a esse tipo de ensino realizados pelos professores da rede pública, que em sua grande maioria, apóiam-se tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico nos relatos das experiências vividas por outros professores em lugares distintos.

Essas experiências são recorrentemente aproveitadas como modelos para a “reprodução” de atividades pedagógicas sem um maior aprofundamento do conteúdo tanto no que diz respeito à capacitação dos profissionais encarregados do trabalho com o ensino do patrimônio quanto no conteúdo que é transmitido aos alunos onde a relação existente entre a educação e o turismo, de tão próximas, chegam a confundir-se.

Contudo, tendo em vista que a Educação Patrimonial deve ser adequada à realidade e a característica do local onde é realizada é de suma importância que esses agentes “multiplicadores” tenham um conhecimento prévio acerca dos objetivos do programa, e principalmente o entendimento bem fundamentado do seu principal objeto, que é o Patrimônio Cultural, o que necessita de uma “manutenção” constante, nos preocupamos em saber como vem

⁶⁹ Cópia da Carta enviada pelas coordenadoras do projeto encaminhada a Secretaria Municipal da Educação de São João del-Rei, cedida por Maria Tereza Raposo, durante nossa entrevista realizada no ano de 2008.

⁷⁰ Disponível em< <http://www.capitalbrasileiradacultura.org/cbc/?Url=Apresentacao>>Google. Consulta realizada em: 19 de setembro de 2007.

sendo preparados esses professores que atuam nesse tipo de ensino. A partir daí pensamos nas seguintes questões:

1. Como é feita a qualificação desses agentes?
2. Há um acompanhamento e suporte adequados para esses professores (multiplicadores) nos programas de capacitação a eles oferecidos?
3. Quais são as bases teóricas utilizadas pelos professores na elaboração e no trabalho dessas “experiências” em sala de aula?
4. Existe uma bibliografia cuja linguagem seja adequada para o uso do professor do ensino fundamental e médio?
5. As práticas de Educação Patrimonial realizadas nessas atividades complementares têm alcançado seu “real” objetivo? Ou, até que ponto é feito vista grossa frente a estas práticas realizadas somente para cumprir um “roteiro educacional” por força de um decreto ou de uma lei?
6. Como esses projetos auxiliam ou como podem auxiliar efetivamente na formação dos professores validando sua atuação no processo de uma Educação Patrimonial?

Apesar de haver em São João del-Rei atividades de ensino do Patrimônio Cultural bem recorrentes bem como uma lei municipal que a levaram a ser entendida da enquanto uma referência em âmbito nacional, percebe-se que apesar da grande divulgação, faltam estudos voltados para o processo de preparação, ou de qualificação (capacitação) desses professores.

Pudemos observar a partir da análise dessas práticas de Educação Patrimonial, até hoje, que em sua grande maioria voltam-se basicamente para o desenvolvimento de dinâmicas e práticas escolares, voltadas para antes de tudo para o trabalho com os alunos o que acontece de maneira repetitiva e muitas vezes, por despreparo destes agentes encarregados, superficializantes onde a transmissão de conceitos “distorcidos” também é recorrente.

Nesse sentido, acreditamos que o ponto cego, mas de fundamental importância para o funcionamento da dinâmica do processo de Educação Patrimonial está no professor, pois é ele o responsável pela transmissão dos conceitos referentes ao universo de bens, de saberes e de valores que o Patrimônio Cultural representa e que, portanto, necessariamente deve ser bem preparado enquanto “educador patrimonial”.

É importante lembrarmos que, apesar do nosso trabalho ter sido aprofundado em um estudo de caso, isso não estes questionamentos restritos a ele uma vez que a partir da leitura e análise de outros trabalhos com a Educação Patrimonial no Brasil, percebemos que grande parte das dificuldades que encontramos se repetem o que nesse sentido, torna o trabalho com a Educação Patrimonial ainda mais abrangente e inquietante.

Para melhor compreendermos o desenvolvimento da capacitação destes agentes encarregados do trabalho com a Educação Patrimonial no município de São João del-Rei, após uma análise dos materiais utilizados na preparação destes, conforme observado na entrevista com as coordenadoras do projeto ainda durante o desenvolvimento da pesquisa do trabalho de bacharelado, percebemos que seria de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa a realização de entrevistas direta com as “multiplicadoras”, as professoras que participaram do programa de capacitação, que foram também as responsáveis pelo repasse do conteúdo apreendido para as demais professoras da rede pública do município e que posteriormente seriam as encarregadas do trabalho direto com os alunos.

Nesse sentido, buscamos verificar de maneira direta, através da entrevista, da fala destes “atores sociais”, suas opiniões acerca dessa preparação e o discurso destas professoras sobre a temática para analisarmos os pontos positivos e os pontos negativos do programa, bem como pretendemos observar como esse trabalho com a Educação Patrimonial nas escolas públicas do município foram e vem sendo realizados a partir de sua elaboração até dias atuais, uma vez que, estando esse tipo de ensino previsto em lei, entende-se que esse projeto seja um trabalho contínuo na cidade.

Antes de iniciarmos nossas entrevistas realizamos uma pesquisa no acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal, que é o local onde aos alunos do ensino público, orientados por seus professores, realizam em sua maioria, as pesquisas e trabalhos escolares, principalmente aqueles voltados para a temática do Patrimônio Cultural da cidade, e é onde se encontra também “todo” material utilizado e produzido durante o projeto de Educação Patrimonial tanto a bibliografia utilizada na formação dos professores, quanto os materiais (jogos e dinâmicas) por eles produzidos para a realização das atividades com os alunos em sala de aula.

Entre o acervo disponível para pesquisa e trabalhos para a Educação Patrimonial encontra-se:

Livros:

1. *“Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial”* produzido pela Secretaria do Estado da Educação do Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002. Este livro (de 149 páginas) contém uma coletânea de nove artigos referentes à temática do Patrimônio Cultural tido como uma obra referencial sobre a Educação Patrimonial no estado de Minas foi utilizado (através da cópia de alguns desses artigos) como fonte bibliográfica no curso de capacitação dos professores.
2. *“O Guia Básico de Educação Patrimonial”* de Maria de Lourdes Parreira Horta, Edelfina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de 1999.

Cartilhas, Almanques e Revistas:

1. *“Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma lembrança para o futuro!* Pela coordenação do projeto por Altamiro Sérgio Mol Bessa. Belo Horizonte CREA-MG,2004. (26 páginas ilustradas e coloridas).
2. *“Guia de Bens Edificados de São João del-Rei”, projeto Conhecer para Preservar- 2008/2009(97 páginas).*Através da Prefeitura Municipal de São João del-Rei; Secretaria Municipal de Educação de São João del-Rei, Governo de Minas e patrocínio do BDNG e Fundo Estadual de Cultura.
3. *“Estatuto da Cidade: o jogo tem novas regras”*, realização CRE-MG, Belo Horizonte, 2002.
4. *“Almanaque de Educação Patrimonial”*, do projeto AQUI EM SÃO JOAO DEL-REI A EDUCAÇÃO GUIA O TURISMO de novembro de 2006.
5. *“Revista Sesinho n°39, edição: A estrada Real”* (passatempos, quadrinhos e curiosidade, 35 páginas).
6. *“Preservando Nosso Patrimônio Cultural”* (13 páginas), de Maria Regina Emery Quites e Attilio Colnago, da coleção: Quem Sabe Faz, produzido pela editora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

Outros:

1. Uma cópia de seis páginas do texto: “O Sentido da Interpretação nas Cidades do Ouro: São João del-Rei e Tiradentes, de Celina Albano (referência anotada: “Interpretar o Patrimônio” um exercício do olhar. Stela M e Celina Albano. Ed UFMG/Território Brasilis).
2. Uma coleção intitulada “300 anos de Memória”, contendo 20 fitas VHS.
3. Uma fita VHS intitulada “A história de São João del-Rei”, e sua reedição em DVD.
4. Alguns CDs e DVDs: “Cidades Históricas Brasileiras”, “São João del-Rei e Tiradentes Show Room”, uma pasta com “Jogo de Adivinha” (de cartolinas) produzido pelas professoras durante o projeto de capacitação, alguns “Postais da Cidade com notas explicativas”, também produzido durante projeto (em cartolinas e molduras de palitos de picolé).

Esse material acima citado faz parte do acervo da biblioteca municipal é destinado a consultas sobre Educação Patrimonial, entre eles, encontramos também alguns *folders*, com os pontos turísticos da cidade outros “joguinhos” para o desenvolvimento de dinâmicas em sala de aula e algum material produzido pelas supervisoras utilizado no “repasso” da capacitação para as professoras.

Ainda no acervo “geral” da biblioteca encontram-se alguns exemplares da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, entre outras produções de escritores locais e que tratam de “assuntos da cidade” , como alguns exemplares dos livros de Antonio Gaio Sobrinho⁷¹ como: Sanjoanidades, História do Comércio de São João del-Rei, São João del-Rei: 300 anos de histórias, Visita a colonial cidade de São João del-Rei.

Durante o trabalho de capacitação, alguns desses materiais que citamos presentes também no acervo da biblioteca municipal, que foram utilizados no trabalho com os professores, foram doados “cópias” e alguns exemplares para que esses professores pudessem então ter essa bibliografia mais acessível.

⁷¹ Antonio Gaio sobrinho (1936) é Licenciado em filosofia (professor aposentado e escritor, sócio efetivo do IGH (Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei). Publicou diversos livros sobre São João del-Rei, muitos deles repetidas vezes utilizados como fonte bibliográfica em trabalhos cujo tema aborde o município de São João del-Rei, muito conhecido na cidade foi homenageado tendo o seu nome dado a biblioteca da faculdade IPTAN (Instituto Presidente Tancredo de Almeida Neves) de São João del-Rei.

Conforme nos informou a coordenadora do curso bem como também nos contou algumas supervisoras entrevistadas, o que não ficou claro, entretanto, ao que se refere ao destino destes materiais, se foram entregues as supervisoras para compor o acervo das escolas por elas representadas. Essas supervisoras ficaram encarregadas de retransmitirem a capacitação para as professores, ou se esse material foi “presenteado” as participantes do curso.

Durante a entrevista, algumas supervisoras nos relataram que os materiais adquiridos no curso tornaram-se parte do acervo pessoal das mesmas e não da escola, para a escola ficaram apenas os “almanaques” produzidos durante o projeto, ainda que algumas das entrevistadas tenham esse acervo guardado disponíveis na secretaria da escola para a pesquisa e realização de atividades de Educação Patrimonial.

3.3 A QUALIFICAÇÃO DOS "AGENTES" DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO JOÃO DEL-REI/MG: ANALISANDO O DISCURSOS E RESPONSABILIDADES.

Em setembro de 2010, realizamos as entrevistas com as supervisoras da rede municipal de ensino, que participaram do curso de capacitação para o trabalho com a Educação Patrimonial em São João del-Rei, através do projeto *“AQUI EM SÃO JOÃO DEL-REI A EDUCAÇÃO GUIA O TURISMO”*.

Nosso trabalho de entrevista com as supervisoras teve como intuito verificar, a partir do contato direto com os profissionais envolvidos, como vem sendo desenvolvido o trabalho com a Educação Patrimonial nas escolas do município de São João del-Rei a partir da lei 3.857/2004, como foi feita a qualificação dessas profissionais, qual é a noção de Patrimônio Cultural e de Educação Patrimonial dessas educadoras.

Quando ao perfil das educadoras entrevistadas, todas atuavam na área da Educação no cargo de supervisoras escolares, algumas delas também atuavam concomitantemente lecionando para o ensino primário, fundamental e médio do município, todas formadas em pedagogia e encarregadas de realizar o repasse do conteúdo no projeto de capacitação para as professoras das escolas as quais eram responsáveis.

O município de São João del-Rei possui 37 escolas municipais divididas em:

1. Escolas Municipais da Zona Urbana:

- EM. Carlos D. Fuzatto.
- EM. Celso R. da Silva.
- EM. Dr. Kleber V. Filgueiras.
- EM. Maria Teresa.
- EM. Parada do Giarola.
- EM. Pio XII.
- EM. Bárbara Heliadora.
- EM. Bom Pastor.
- EM. Prof-º. Elpídio Ramalho.

2. Pré- Municipais da Zona Urbana:

- PEM. Cantinho da Alegria.
- PEM. Menino Jesus.
- PEM. Pingo de Gente.
- PEM. Polichinelo.

3. Creches Municipais da Zona Urbana:

- Centro Solidário.
- Menino Jesus de Praga.
- Sace.
- Santa Clara.
- Celina Viegas.
- Risoleta Neves.

4. Escolas Municipais da Zona Rural:

- EM. de Emboabas;
- EM. José Ribeiro da Silva.
- EM. José Virgílio Leite.
- EM. de Caxambu;
- EM. da Trindade.
- EM. Nelson Lima.
- EM. Regina Resende.
- EM. João Batista T. e Silva.

- EM. João Batista de Santana.
- EM. M^a da Glória Ribeiro.
- EM. Prof. Domingos Horta.
- EM. das Goiabeiras.
- EM. do Tejuco.
- EM. José Augusto Resende.
- EM. do Januário.
- EM. Pe. Miguel A. A. Leite.

5. Pré Municipais da Zona Rural:

- PEM. Santo Antônio.
- PEM. Sementinha.

Participaram do projeto de capacitação para o ensino do patrimônio o total de 22 supervisoras, contudo, apesar do nome destas supervisoras constarem no resultado final do “ALMANAQUE” de Educação Patrimonial lançado no encerramento do programa, nossas entrevistadas, mesmo autorizando a gravação da entrevista, preferiram que seus nomes não fossem divulgados explicitamente neste trabalho, assim com respeito a elas, utilizaremos ao invés de seus nomes as referencias: entrevistada A, entrevistada B, entrevistada C e assim sucessivamente.

Durante nossa estadia em Minas Gerais, para a realização destas entrevistas, realizadas no mês de setembro de 2010, não foi possível que conversar com todas as 22 participantes, pois, apesar de termos realizado o contato com elas através de ligação telefônica, 2 encontravam-se sobre licença médica, outras 4 alegaram que estavam num período “muito corrido” e não teriam então disponibilidade para gravar uma entrevista, 3 estavam de férias e as outras 4 não conseguimos “encontrar”, assim foram entrevistadas no total 9 entre as 22 participantes do projeto.

Nossa entrevista, de caráter exploratório, foi estruturada em três momentos, num primeiro momento buscamos conhecer um pouco acerca da formação e a atuação profissional de nossas entrevistadas bem como conversamos um pouco a respeito de nossa pesquisa visando criar um ambiente mais descontraído o qual as entrevistadas pudessem sentir-se mais a vontade para

contar suas experiências, nesse sentido, deixamos que elas escolhessem tanto o local quanto o horário para a realização desses encontros.

Nesse primeiro momento, onde marcamos os locais e horários para entrevista, é interessante relatarmos que entre as 9 participantes apenas 2 delas concordaram em realizar a entrevista individualmente, as demais optaram por realizarem a entrevista em conjunto com outras colegas que também participaram do programa pois assim se sentiriam mais seguras para falar de um assunto “que já foi trabalhado a tanto tempo”.

Num segundo momento, buscamos questioná-las acerca do projeto de qualificação, quando foi, onde, que materiais utilizaram por quanto tempo e logo como se deu o “repasso” desse curso de capacitação para as professoras, perguntamos também quanto à bibliografia de apoio, ou o material que foi disponibilizado, e perguntamos também como foi o trabalho com o ensino do patrimônio a partir da lei nº3. 829/2004, posteriormente, a partir da capacitação e também como é desenvolvido o trabalho atualmente.

Num terceiro momento, buscamos uma abordagem mais individual entre as entrevistadas, perguntamos a desde a opinião sobre a capacitação que tiveram o que acharam de positivo e negativo, também no que diz respeito ao do repasse para as professoras e por fim qual o interesse delas em trabalhar com essa temática, o que elas entendiam sobre o Patrimônio Cultural.

Nossa primeira entrevista foi realizada no dia 20 de setembro de 2010, segunda-feira, às nove horas da manhã, na escola onde trabalha a supervisora, *entrevistada A*, realizada individualmente. Após as apresentações iniciais pedimos à entrevistada que nos como foi realizado o curso de capacitação a qual participou como foi, quando e por quanto tempo.

Assim, segue o primeiro relato:

- Antes de ter o acesso a parte teórica, trabalhamos com o objeto de estimação, de valorizar o sentimento de pertença; a origem do nome, informação sobre a localização da escola, buscando a origem do nome da escola, do bairro, trabalhando o patrimônio local antes de trabalhar aquele patrimônio histórico pra gente tirar aquela...

- Desmistificar a situação de achar que história é só o que foi construído há muito tempo, só patrimônio, só arquitetura, de trabalhar o patrimônio da comunidade, o meu patrimônio, deu saber valorizar o meu patrimônio, de conhecer, aí por isso a gente trabalhou a questão do objeto de estimação, foi à dinâmica que a gente fez e depois a gente teve acesso a

parte teórica, montar a apostila com nosso material, na questão da memória, o quê que seria a memória, de onde vinha a questão do patrimônio, a origem da palavra patrimônio, aí muita coisa desse material eu acabei resumindo pra estar passando para os professores.

Nesse momento, perguntamos a entrevistada A, sobre a questão desse material que foi trabalhado na capacitação, se havia uma apostila, pedimos a ela que nos mostrasse o material utilizado durante o curso se possível e seguimos com o relato:

- Tenho assim, a minha apostila, que eu acabei ficando com ela em casa, que eu acabei resumindo, porque até que a gente passe “tooooooda” a parte teórica, não é... Eu resumi a parte assim principal que eu achei de mais necessidade de estar trabalhando com as professoras, e a gente acumulou muito no acervo que a gente fez, um pouco e nesse curso nós conseguimos confeccionar o “Almanaque” e ainda trabalho com elas e elas utilizam nas salas de aula, postais, do acervo que eu fui conseguindo, esse material fica na supervisão.

Nesse momento a entrevistada abre o armário da secretaria onde estamos e vai retirando e mostrando os materiais que ela conseguiu adquirir para montar o acervo para o trabalho com a Educação Patrimonial na sua escola (entre eles mapas de *folders* turísticos e joguinhos).

- Aí, esse folder aqui... É uma poesia de um rapaz que quando a gente estava fazendo o curso, ele estava envolvido com álcool e fez essa poesia para São João del-Rei e a gente achou interessante.

Em seqüência perguntamos quanto à duração do curso e como se deu o repasse:

- Nossos encontros foram durante um ano e quatro meses, teve um dia que a gente ficou oito horas, o dia inteiro, aí acontecia de 15 em 15 dias, isso deve ter durado uns quatro meses, que depois teve u momento da gente repassar nas escolas e até a culminância que foi a apresentação onde a gente fez a exposição dos trabalhos.

*- O repasse foi bom, e a gente conseguiu também num... Não tivemos o tempo que a gente teve para fazer o curso não é, o delas a gente teve que fazer resumido porque foi apresentado nos módulos e os módulos tem um curto espaço de tempo, o que a gente fazia era de 15 em 15 dias que no total de umas 2 ou 3 horas de módulo, **para a gente estar repassando para as professoras o material que a gente fez que tivemos que resumir ao máximo** (no caso um resumo mínimo).*

- Consegui também com o “guia”, com o José (nome fictício) da secretaria da cultura, de levar as professoras também para estar conhecendo o “conjunto” a gente fez esse trabalho, o tempo foi durante os módulos, foram 2 módulos.

- Na escola a gente fazia durante a semana, num horário extra, não no horário do módulo, no horário de módulo do professorado, eles já fazem não é (existe um horário, para um módulo, onde o professor tem que necessariamente cumprir uma carga horária) que é aquela reunião pedagógica que foi onde eu passei o material (duas folhas mimeografadas que contém um resumo da teoria abordada no curso, resumido pela supervisora, acerca do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial) ai...

- Foi no ano que a cidade foi eleita Capital Brasileira da Cultura (ano de 2007) ai a gente cantava o hino da Capital Brasileira da Cultura com as crianças, a gente tem o cd com as músicas. Nós participamos do programa “Quis”, da rádio vertentes, de perguntas e respostas, os nossos alunos aqui participaram.

- O curso foi apenas para o ensino fundamental, porque aqui a gente só atende o fundamental,mas tiveram professoras do ensino médio também que participaram do curso , de quinta a oitava,(...) dá pra trabalhar com todas as turmas.Depois do curso de preparação cada supervisora montou seu material.

- A gente ia montando o acervo da gente, porque assim você começa a ter outro olhar então tudo que você vê... Ah!Isso é interessante! E você acaba levando. A gente recebeu o documentário do sino, Os Sineiros de São João del-Rei, os repiques, como é feito, nós confeccionamos nesse curso “A Trilha”, esse joguinho, nosso grupo que inventou, aí tem as respostas, nós confeccionamos o “Almanaque”também, temos alguns na biblioteca da escola.

Quanto à realização das atividades de Educação Patrimonial nas escolas, perguntamos como acontece e que frequência.

- Este trabalho foi feito de ano em ano, ainda acontece, geralmente, no segundo semestre, porque dia 17 de agosto a gente comemora “O Dia do Patrimônio”, a gente faz durante o segundo semestre, desenvolvendo nas aulas de história de modo interdisciplinar, todos os anos tem. (...) Antes do curso a gente não tinha esse olhar assim... Até vir realmente a lei e colocar a importância da Educação Patrimonial e vir pro currículo, até então a gente não trabalhava...

Pedimos a entrevistada A que nos desse a sua opinião sobre o curso e o material utilizado:

- Eu gostei muito, a gente aprende a valorizar mais, entende melhor, o material é assim... Um bom material, mas assim a gente precisa de mais, a gente tem que estar buscando, que assim, no curso a gente fez, a gente teve que improvisar, fazer brincadeiras lá, tinham postais para gente recortar, fazer quebra-cabeça, agora para desenvolver esse material com as crianças é mais complicado porque aí eu vou ter que abrir mão do meu postal e recortar ele e eu vou ficar sem entendeu?

- É um material assim que a gente não recebe, a gente tem que estar comprando, adquirindo, não tem mais, aí as professoras tem que estar buscando, imprimindo, procurando, buscando na internet ... Tem que estar buscando em outras fontes, ou busca na internet, nem sempre vai sair colorido bonitinho.

- Nosso foco (elemento do Patrimônio Cultural) foi o Caramanchão, que é um espaço utilizado para reunião, associação de bairros, que a comunidade utiliza para fazer festa e ainda sim esta sendo um espaço que não está sendo bem cuidado, tá bem depredado, então a gente tem feito visita lá com as crianças para eles olharem o espaço, então nosso trabalho tá sendo encima dele que é o patrimônio do bairro.

Nesse momento, finalizando nossa primeira entrevista, perguntamos a supervisora o que ficou entendido para ela a respeito da escolha desse curso por parte da prefeitura para que houvesse então o ensino do patrimônio nas escolas, ou se deu essa convocação para as supervisoras das escolas.

-Acho que foi via prefeitura, que sabia assim a necessidade de informar, a população da cidade, que não tava sabendo dar informação pro turista que chegava, e perguntava, onde fica isso, assim, assim... Morava na cidade e não sabia prestar informação pro turista!

-Acho que foi essa mesma a necessidade de tá passando o curso de Educação Patrimonial pra gente repassar pros alunos, no caso, pra eles terem conhecimento do espaço que eles vivem e poder informar o turista que tá chegando, também porque quem é de fora vinha as vezes e perguntava, aonde fica o centro histórico, a pessoa mora lá dentro e não sabia informar. Achava que tava falando grego.

-No curso a gente tem mais assim no caso da igreja do Carmo, as particularidades da igreja e tem um grupo interessante, "Lendas São-joanenses"(...) Nesse momento a entrevistada A

nos conta um pouco sobre os grupos de teatro e turismo, os passeios turísticos e algumas atividades culturais em atividade no município e em, seguida dá sua opinião sobre a pergunta: O que é a Educação Patrimonial para você?

- Para mim, a Educação Patrimonial é você saber valorizar, o patrimônio, que é de todos e que é seu também e respeitar e passar adiante, a história não pode acabar né?

Assim, terminamos nossa primeira entrevista com a supervisora A. Optamos neste trabalho, para que possamos expor de maneira clara a “fala” destas “educadoras do patrimônio” por fazermos os comentários ao final da exposição destas entrevistas, nesse sentido, seguimos para nossas outras duas entrevistadas.

Nossa conversa foi realizada no dia 22 de setembro de 2010, quarta-feira, às oito horas da manhã, no centro comunitário que pertence a uma das escolas onde também trabalham essas supervisoras (uma delas é supervisora de outra escola do município que também participou do projeto).

Seguimos o mesmo padrão de iniciar as entrevistas com as apresentações, e uma conversa mais informal para que as entrevistadas pudessem se sentir mais a vontade, uma vez que observamos que com exceção de uma entre as nove entrevistadas, todas elas se sentiram “acanhadas” num primeiro momento com a utilização do gravador.

Iniciamos nossa entrevista, cuja ordem das respostas entre a entrevistada B e a entrevistada C ficou pela escolha das mesmas, não estabelecemos assim uma situação direcionada das questões, assim pedimos para que elas nos contasse sobre o projeto, de uma modo geral:

- Foi bom, o projeto com a Lucia (faz referencia a uma das idealizadoras do projeto Lucia Helena Bortolo Resende que também foi uma das capacitadoras do curso) foi um período assim bem desenvolvido, bem embasado, tivemos encontros, confecção de material, foi passado um bom material também, mas assim, na formação acadêmica mesmo não me senti assim...Segura, não tive nada assim voltado para esse tipo de formação (entrevistada B).

Entrevistada C: *- Foi um projeto que assim a secretaria resolveu desenvolver na rede municipal e a Lucia na época, tava desenvolvendo um projeto, ela trabalha na fundação comercial. Se lembra? (questiona a colega) Fazia alguma coisa lá. E como assim São João del-Rei é uma cidade assim, em termos de Brasil, de Minas Gerais, ela é bem conhecida pelo patrimônio, Então eu acho assim que eles vieram, a Associação Comercial e Outras entidades, como o projeto de valorizar e repassar nas escolas que até então a gente não trabalhava dessa*

forma, como a entrevistada B falou, assim eu acho que o tempo foi um pouco curto, foi uma semana né?

- Depois tivemos outros encontros, mas foi muito rápido como se diz... A matriz mesmo o início foi só uma semana, então assim, foi muito bom, mas o embasamento, de fato, poderia ou ter dado (tido) continuidade, ou ter uma coisa assim mais que desenvolvesse mais, apesar de que o material foi bom, a gente foi a museu, isso é uma coisa muito interessante, a visita, que é isso que eu acho que faz com que a gente aprenda mais do que ficar só nesse negócio de livro.

- A gente teve o guia turístico que foi conosco, mas na hora de passar para a escola a coisa ficou um pouco assim, mais distante, porque a gente vê que tudo isso depende assim de uma infra-estrutura financeira, porque assim, a gente tinha umas propostas, legais, mas na hora assim de por em pratica, cadê o financeiro?

- Porque você sabe né, tudo demanda isso e a escola não tem verba especifica para este tipo de coisa, mas foi muito... Gostei muito. Volta à fala a entrevistada C:

- Uma outra dificuldade que eu senti e que acredito que as meninas também sentiram, é porque assim, o curso foi bom, os encontros foram bons, mais ai quando voltamos para a escola e o papel de sensibilização ficou por nossa conta, assim, nós ficamos encarregadas de sensibilizar a escola, a sensibilização ficou a nosso encargo, assim de colocar o projeto em pratica, eu também não me senti assim tão preparada, para poder então fazer essa sensibilização com os professores, porque nosso curso foi bom, mas foi curto, a gente nem tinha esse embasamento completo, seguro pra poder fazer esse trabalho de sensibilização nas escolas.

Nesse momento da entrevista ficou muito difícil distinguir as falas para a transcrição da mesma, portanto, com intuito de evitarmos uma confusão na distinção das falas entre as entrevistadas seguiremos pontuando expondo o que consideramos mais significativo, para este trabalho, sem maiores especificações entre as respondentes assim:

- A gente até teve, fizemos um encontro com os professores, igual, por exemplo, não foram todas as escolas. Algumas escolas juntaram e a gente fez assim, mais momentos parecidos com que a gente teve na oficina, a gente fez umas dinâmicas, foi, conheceu os pontos turísticos da cidade com os professores e em matéria de patrimônio, assim a gente nota que a gente mesmo enquanto morador da própria região da própria cidade, não enxerga esse tipo de coisa, que a gente foi nas igrejas ai às pessoas... “Olha lá, não sei o que é que tem”...

- Sabe?Aquele olhar mesmo para ver aquele casario da cidade, tinha muita gente que não tinha feito isso e nesse dia a gente fez isso com os professores à gente pôde notar isso e que elas gostaram também, então assim, eu acho que quando a gente vai estudar esse tipo de ne'... Né... De... Patrimônio, tem que ter muita essa parte pratica, que ficar só na teoria só no... "Aaaa" vamos fazer isso, assim... Tem que por em pratica, como se diz: "Por a mão na massa", mesmo porque a gente viu que funcionou legal tanto é que elas até pediram uma segunda vez para a gente fazer isso (...).

- A gente reuniu com professores de algumas escolas, eram umas quatro escolas, aí nós desenvolvemos algumas dinâmicas que nós, o nosso grupo, com a participação dos professores das nossas escolas, **inclusive uma foi aquela dinâmica do objeto de estimação.**

- Quanto ao material ela (ela, referindo a coordenadora do projeto) deu uma pastinha de material, que tinha atividades que era tudo mimeografado, xerocado, assim, com as atividades que a gente ia desenvolver e para os professores que ficou um livro, um "Almanaque", além do almanaque eles tiveram acesso ao mesmo material que a gente teve acesso, esse material a gente deixava na escola e assim, naquela época, as apostilas não, não tiveram porque o tempo deles é mais reduzido que o nosso, então agente deu prioridade as coisas assim mais...

- Igual a dinâmica a gente não deu, não fez muita, porque o tempo era restrito foram três dias no período de quatro horas do mesmo, de quatro horas, o nosso foi o dia inteiro, eles não (...). **A gente fez assim bem resumido, daquilo tudo que a gente viu a gente tirou um pouco (...).** As coisas que a gente achava mais importantes, mais assim, significativos no momento do curso, mas assim durante o desenvolvimento do projeto o material, o material ficou disponível na escola, eles pegavam liam, olhavam.

- A parte mais importante em 2006 e em 2007 foi à exposição do material, a transmissão pros professores, que foi posterior a capacitação, foi assim, nomeio do caminho porque assim tem os dias que a gente em que proporcionar curso para os professores, como a gente tinha que proporcionar a gente ia nos falando, vamos aproveitar e dar pros professores, foi na semana de julho, se não me engano, foi antes do recesso.

Nesse momento questionamos as entrevistadas sobre o material, o que elas acharam o que elas gostariam, e quais as dificuldades encontradas.

- **Popularmente assim... Morreu na praia.** Acabou porque a gente teve aquela coisa também né, na prefeitura infelizmente acontece isso, mudam os projetos o enfoque é outro,

acontece isso, mudou a gestão, muda os projetos, já na outra gestão (...) essa parte da continuidade, de material a gente não recebeu mais nada, só ficou aqueles dois encontros mesmo, os dois maiores.

- E depois assim, a gente continuou desenvolvendo na escola assim, a gente tinha um objeto a ser valorizado,(...) infelizmente a gente não teve apoio (...) a gente precisa de apoio pra desenvolver algum tipo de atividade, e você não recebe.

- Então assim o que a gente tem desenvolvido mais na escola mesmo é a preservação da escola, que a gente sabe que a gente conta com a gente mesmo que de fora, você depende, de condução de carro pra transportar as crianças(...) um ano nós fizemos até uma parceria com a UFSJ , tecendo relações, assim a nossa educação infantil como Albergue, foi interessante essa troca de culturas (...)

- Os recursos humanos tiveram a idéia de valorizar a pracinha, essa pracinha aqui próxima da escola (...) aí vieram às dificuldades, porque a gente precisa, as crianças precisam irem, ajudar a manter a praça, mas a agente não tinha mão de obra, pra poder fazer o serviço da praça, manter né, todo dia, a capina, o lixo, assim, a gente né, tentou algumas parcerias mas com outras secretarias, mas acabou que esse ano, esse projeto não foi desenvolvido porque as crianças iam, mantinham,mas assim acabava crescendo mato, nós plantamos árvores lá assim, no início, foi até bom,mas a gente não conseguia manter por causa da dificuldade (...).

- Depois de três anos o projeto, hoje na escola, com as dificuldades todas, a gente foi aproximando e acabou que varias escolas, optaram por valorizar assim o patrimônio que é da escola mesmo porque é próximo da gente, perto das crianças, e é bem mais fácil é assim, a gente acoplo uma coisa na outra, assim a escola já faz parte quando a gente inicia estudando o colégio já fala que a escola é um patrimônio de todos nós pelo direito, que a gente tem que preservar já faz de maneira interligada ao conteúdo da escola.

- Igual, por exemplo, na escola da zona rural nós fizemos a preservação do... É que lá em São Sebastião da Vitória o pão de queijo que é famoso então a gente chamou o pessoal lá da padaria, levou pra escola, fez pão de queijo, só que a gente não pode a mesma coisa todo ano, que ai a criança cansa a professora também então, lá também passou a ser a escola, assim a gente vai esgotando as coisas fáceis (...)

- Igual aqui a gente fez a pracinha o albergue, que eram as coisas que tá por perto e que não demandava muito gasto, aí a partir do momento que já começa (...) vai esgotando as coisas já, assim vamos fazer sobre a igreja, sobre o trezinho, mas quem vai levar as crianças lá no trezinho a dar volta na cidade, pra ver que tudo demanda gasto, então a gente ficou só mesmo com a parte da escola e a maioria das escolas eu acho que tem feito isso (...).

- Eu sou responsável pela escola “X” e lá nós fizemos além da escola, a gente falou na valorização da cultura italiana, porque é na colônia italiana então assim a cultura italiana (...) a culminância foi um almoço italiano assim, foi interessante (...) mas vai esgotando as possibilidades mais próximas da gente iam ficando mais difícil, porque estas mais próximas a gente não vai ter tanta, tanto lugar que pode ir a pé, pode chamar alguém da comunidade, ia ficar mais fácil se a gente pudesse contar com recurso da própria escola (...) aí quando o negocio já esgota fica difícil “precisa de uma assistência financeira”, de material também, a gente não recebeu nenhum material depois né pra alimentar isso tudo (...).

- Foi em 2006 e nem sei bem se a bibliografia de Educação Patrimonial é tão fácil assim, porque teria que ser uma leitura mais acessível (...) às vezes assim tem os livros, mais os livros (...) pra uma professora leiga nesse assunto vem com aqueles calhamaços de leituras difíceis (...) a pessoa, a pessoa “aaaahhhh” não vou ler isso não!

- Então assim teria que ter um material mais adequado e mais acessível pra leitura de uma pessoa leiga pra poder não desmotivar (...) eu acho que falta se não me engano “ela” falou a respeito disso, que o material assim sobre patrimônio não era assim tão fácil pra pessoa começar a se interar com mais facilidade.

Ao final de nossa entrevista com estas supervisoras, seguimos com a pergunta: O que é a Educação Patrimonial para vocês e como vocês entendem de onde veio essa proposta do ensino do patrimônio nas escolas do município e porque?

- Como a gente já falou, depois do curso, a gente passou a enxergar de uma outra forma que assim passava despercebido , pelas minhas observações, mesmo a gente, pelo menos eu, passei a ver a cidade ver alguns pontos, ver parte da cultura mesmo assim, enxergar de maneira diferente que as vezes a gente passa e não vê, achei valido assim , pra mim enquanto pessoa e enquanto profissional também.

- Eu também, assim como te falei , gosto muito dessa parte, principalmente de visita nos lugares, assim eu adorei, eu gostei demais (...) a gente passa a olhar com outros olhos a

cidade ver que tem muito a oferecer mais às vezes não é divulgado, (...) porque eu acho que essa parte cultural acaba influenciando muito nessa parte do patrimônio.

- E na época foi até interessante, muito bom o projeto, mas a gente precisa continuar alimentar, acabaram os encontros e acabou se perdendo;

-E sabe que eu que acho assim que São João del-Rei, a parte da Secretaria da Cultura... Eu acho que precisa desenvolver uns projetos melhores na cidade, sabe, eu acho fazer umas parcerias com as escolas, que a cidade fica muito suja, e sabe... Não sei, eu acho que precisaria envolver alguma coisa pra chamar a atenção da população né.

- (...) Assim não sei se é verdade, esse projeto não surgiu de dentro da educação a Tereza (refere-se uma das idealizadoras do projeto, Maria Tereza Resende Raposo) tava desenvolvendo um projeto em parceria com outra entidade que eu não me lembro o que ela desenvolveu esse projeto dentro da secretaria da educação aqui de São João del-Rei porque esse projeto não surgiu da educação não , surgiu do turismo, partiu de fora, do turismo e do comércio.

- Na época, a gente comentava, que pra poder é valorizar, porque eles começaram a ver que o potencial de São João del-Rei, realmente é investir no turismo e uma, um dos braços pra que isso seja realmente verdade, eu acho, que tem que começar pelas escolas, com projetos que atendam, que vão abranger a população.

- Não adianta querer desenvolver se a cidade não esta realmente ingerida, envolvida, pra coisa poder funcionar, então eu acho que foi esse o propósito, que eles viram que realmente São João del-Rei é uma cidade turística e se é uma cidade turística que a gente tem que fazer?

- Valorizar o patrimônio, fazer esse tipo de apoio por isso que iniciou uma coisa realmente muito importante, legal, mas que tem que ter continuidade, não só nas escolas, mas como dentro da própria cidade, (...) às vezes a cidade não tem tanto potencial como São João del-Rei tem de Serras, de casario, de igrejas de outras coisas mais , de comida e não aproveita o que tem né.

Nossa próxima entrevista foi realizada no dia 23 de setembro de 2010, quinta-feira, as 08h30minh na escola (em comum) onde nossas três supervisoras entrevistadas trabalhavam. Atendendo ao pedido das professoras, a entrevista foi realizada em conjunto, portanto, para

evitarmos o equívoco na citação das falas, mesmo porque não pôde ser estabelecida entre elas uma ordem, optamos por transcrevê-las sem fazer a separação entre as entrevistadas “D, E e F”.

Seguindo o modelo geral de orientação de nossas entrevistas, após as apresentações iniciais...

- O curso que a gente fez em 2006, acrescentou né, acrescentou o trabalho que a gente já desenvolvia aqui na área de patrimônio, porque a gente sempre levou as crianças pela proximidade da escola, nós sempre saímos com as crianças pra ir a museus, pra fazer uma visitação pela, pelos pontos turísticos que a gente sempre, teve auxílio dos guias de turismo, nos percebemos que na fala deles assim uma informação assim meio inventada (...)

- Então assim, não é muito científica a fala deles, com respaldo histórico mesmo, então nós começamos a buscar pessoas da Secretaria de Cultura né (...) pra estar nos auxiliando nesse trabalho, esse ano estamos até meio apertados porque eu preciso fazer essa visitação e o Miguel (nome fictício) está com problemas nas pernas e não pode acompanhar né e faz falta uma pessoa que saiba falar com propriedade das coisas (...) para as crianças e é difícil porque são crianças pequenas, eles não retêm muita atenção em muita coisa, (essa é a fala de uma das entrevistadas que trabalha com educação infantil, contudo, estava presente também entre as entrevistadas, supervisora do ensino fundamental).

- A gente pensou em elaborar um material mais acessível aos alunos e foi assim uma batalha né, porque os professores não tinham o material, o material que a gente tinha aqui era um material informativo, mas que assim não tava muito adequada para as crianças a linguagem aí nós elaboramos alguma coisa das igrejas, informações e fomos trabalhar e com o curso acrescentou mais um pouquinho. Nesse momento perguntamos as supervisoras, se elas tinham esse “material” que elas elaboraram disponíveis “ali”:

- Qual deles; Na verdade, o terceiro ano, ele não trabalhava muito com São João del – Rei não entendeu, eles trabalhavam os bairros que assim era dividido o segundo ano via a rua aquela coisa do entorno da escola aquela coisa toda , ai depois o terceiro ano ia mexer com o bairro que é assim, na verdade a gente nem sabe assim muito bem por exemplo: quantos bairros existem em São João del-Rei?

- Pelo IBGE são 8 bairros por exemplo o Guarda-Mor não é bairro tem outros aí que não é bairro (...) entendeu então assim a gente fica meio perdido nisso daí e isso a gente nem viu

na época que a gente , agente não viu nada disso não ,a gente viu mais assim né, como ir ao museu, a gente viu como tá fazendo...

- “A linha do tempo”, o nome das... As informações culturais, das igrejas, das festas, então a gente tem muito estudo pela frente, eu acho assim o curso na verdade ele deu assim algumas idéias, uma luz, mas assim, poderia ter continuado, porque assim, no princípio a Tereza visitava as exposições, a Tereza visitava a escola.

- A gente teve, por exemplo, a primeira apresentação nossa acho que foi maravilhosa, porque São João del-Rei ontem São João del-Rei hoje, até foi o quarto ano que fez, porque no quarto ano a gente já trabalha assim, a vegetação a hidrografia da cidade ai a gente vai fazendo esse trabalho né, mais assim e é... A história a gente pega um pouquinho de São João del-Rei porque a gente trabalha até a metade do ano São João del-Rei e depois a gente trabalha Minas Gerais.

_ Eu achei muito interessante porque no meu período todo escolar eu não lembro de ter visto nada de história da cidade eu sempre , eu não lembro , nem na faculdade eu não estudei nada de historia (...) eu não lembro, e sempre falam assim... Ah as pessoas não valorizam e não tem aquele conhecimento assim cultural, mas nunca foi trabalhado nada disso.

_ Eu tive esse interesse porque eu mesma não sabia o nome das ruas, não tinha nenhuma informação direito e o turista chegando aqui e perguntando, e eu pensava nossa eu moro aqui e não sei nada (...) eu não sei nada e povo perguntando (...)

Nossa quarta e ultima entrevista transcrita, foi realizada no dia 21 de setembro de 2011, às 13h30min, terça-feira, na secretaria da escola onde a supervisora entrevistada trabalha. Conforme já pontuamos, nossas entrevistas seguiram o mesmo modelo de orientação, contudo, pô ser nosso objetivo nesta pesquisa observar o discurso dessas “educadoras patrimoniais” e sua opinião sobre o projeto de qualificação, transcrevemos apenas as partes da entrevista que consideramos mais relevantes para nosso propósito.

Nossa entrevistada nos relata o desenvolvimento da atividade de Educação Patrimonial na escola, que no caso, trabalha com a educação infantil, partindo da escolha do “bem patrimonial” a ser trabalhado.

- (...) Como atingir as crianças? Porque é difícil, a primeira coisa que eu pensei foi na estação Chagas Dória porque pra gente pegar assim um bem, é um bem cultural mesmo que se tiver sido ou não tombado ainda, aí a gente fez a ficha de catalogação de bem cultural e essa

ficha foi pro livro do tombinho, que ela tem me parece lá da cultura, da secretaria de cultura eu não sei onde ela tá hoje esse livro (...)

- Eu peguei fotos antigas e a gente levou as crianças pra estação explicou tudo sobre a estação a gente tirou fotos, no sábado, foi tanto com o turno da manhã como no turno da tarde, a gente foi trabalhar essa estação, a gente foi trabalhar de que ela é feita, o material que usado na construção dela, a preservação porque que é importante há quanto tempo (...)

- A gente trabalhou de uma maneira bem, bem pontuado né pra criança entender, pra gente chegar bem próximo a ela e aí foi conversado foi feita essa excursão lá foi tirado fotos as crianças confeccionaram o trenzinho né de sucata, eles fizeram desenhos também da estação Chagas Dória e assim a gente conversou bastante com eles pra preservação, pra importância da preservação.

- No ano seguinte, não sei se 2007 eu já esqueci a data, no ano seguinte eu pensei em continuar e ampliar esse projeto na Estação Chagas Dória, só que o projeto foi indeferido, porque o meu projeto era maior eu tinha pensado da gente adotar a estação Chagas Dória, a praça, a gente ia fazer a limpeza, a gente ia plantar flores em volta, a gente ia adotar, a gente ia estar sempre vindo nessa praça, sempre tá cuidando dela.

A estação é fechada, tá lá ne parada, então assim ate pensei da gente fazer um espaço cultural aqui que pudesse tá atendendo o artesanato, alguma coisa, alguma coisa assim pra valorizar assim né, o próprio artesanato poderia dar emprego pras pessoas (...) só que o chefe da estação ferroviária não autorizou, (...) mandei vários e-mails, contatei com Belo Horizonte, telefonei, conversei com o Patrimônio lá, não consegui, não consegui a liberação pra gente trazer pra prefeitura (...)

- Não consegui autorização nem pra gente conversar sobre a possibilidade de abrir um espaço cultural aqui porque tá fechado e você tem que preservar tem que tá mobilizando, tem que tá fazendo alguma coisa pra aquilo, não é eu falar eu tenho que preservar e deixar fechada do jeito que tá (...) e não tem muito iluminação, os jovens vão pra lá a noite e você encontra camisinha, você encontra lixo mesmo (...).

- As pessoas chegam da janela e já atiram sacos de lixo então a gente queria essa conscientização dos próprios moradores, porque se eles virem gente trabalhando nessa estação gente cuidando eu duvido que eles teriam coragem de atrapalhar o trabalho de conscientização das crianças (...).

- Porque se a gente fizesse isso assim um dois anos não sei, a própria comunidade dessa rua eu acho que iria se sensibilizar e ia querer cuidar dessa praça né e que depois, sei lá, a prefeitura ou a estação tá lá valorizando esse bem cultural (...).

- Só que assim eu não consegui e fiquei muito frustrada mesmo, porque a gente tava empenhada de tá cuidando mesmo, porque eu acho que a gente tem que estar fazendo alguma coisa (...). Aí eu peguei o projeto e mudei pro Clube Social (...) no mês de outubro na semana da criança, tanto que agora a gente vai dia 4 e eles usam a quadra (...) aí fizemos um trabalho sobre o Clube Social(...) da importância da preservação, o quê que tem no Clube de quê que é feito ...

- Depois nos outros anos após essas experiências a gente percebeu assim, eu junto com as professoras que mesmo assim ainda tava um pouco distante das crianças sabe por que essas questões assim de patrimônio de bem assim elas vão estudar isso depois , quando elas estiverem assim com 6, 7, 8,9 e 10 anos (...).

- A partir de 2008 a gente tá trabalhando a nossa escola, aí a gente trabalha sobre o prédio, esse prédio aqui desde quando a gente tá aqui (...) então a gente trabalha sobre e importância de você preservar as paredes da escola, a mesinha da escola, o material escolar deles (...) então o bem cultural que a gente tá trabalhando mesmo é a escola (...).

A análise das respostas destas entrevistas nos permite descobrir o entendimento dos entrevistados quanto ao conceito de Patrimônio Cultural e a função da Educação Patrimonial para estas superadoras bem como nos possibilita descobrir os procedimentos e ações que foram desenvolvidos durante o projeto de capacitação destas e no trabalho desenvolvidos por elas posteriormente no repasse para as professoras responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Educação Patrimonial nas escolas do município, bem como permite verificar a o conteúdo dos materiais utilizados nesses trabalhos.

A partir dessa análise é possível identificar os “cegos” existentes em todo esse processo de recepção e de repasse dos conceitos referentes ao Patrimônio Cultural, sua importância os valores atribuídos a as necessidades de sua preservação , o que torna essa pesquisa relevante pois, a partir da análise dessas “lacunas” , identificando os problemas existentes, é possível apontar caminhos que possam suprir as reais necessidades apontadas pelos próprios “atores” dos projetos de Educação Patrimonial.

Assim, com intuito observa-se, entre os pontos negativos, que o material utilizado no programa de capacitação dos agentes multiplicadores é insuficiente. O tempo de duração fragmentado bem como a distribuição do conteúdo (disperso), apesar de apresentar uma visão panorâmica do Patrimônio Cultural, prejudica a assimilação dos conceitos, que conforme pôde ser observado nesses discursos se confundem, onde a própria necessidade de preservação do Patrimônio Cultural é entendida como uma necessidade de manutenção pública do espaço físico, como por exemplo a limpeza desses lugares.

Os conceitos de Patrimônio Cultural e bem patrimonial se mesclam ao conceito de bem público, conforme pudemos observar na necessidade de se “preservar” um bem de natureza cultural como uma: igreja ou uma estação adquirem o mesmo significado de preservar um clube, uma mesa de uma escola, que apesar constituírem um mesmo universo, possuem valores e significados bem distintos e que portanto deveriam ser abordados de maneira também distintas, evitando essas confusões entre os valores e seus sentidos.

Apesar da Educação Patrimonial ter como objetivo principal “A Educação”, ou seja a apreensão dos códigos, dos signos e dos valores culturais que eles representam e seus “porquês”, ela é entendida visivelmente enquanto uma necessidade voltada para o desenvolvimento do turismo indicada não só no discurso dessas agentes quanto no próprio título do projeto: “*AQUI EM SÃO JOÃO DEL-REI A EDUCAÇÃO GUIA O TURISMO*”.

Consideramos importante destacar o fato de que esse trabalho de capacitação realizado com as supervisoras das escolas, conforme nos relataram as mesmas, foi insuficiente para a apreensão desse conteúdo necessário para o trabalho com a Educação Patrimonial, ainda sim foram estas as “agentes” responsáveis pela elaboração do material e pelo repasse o conteúdo para as professoras que posteriormente deveriam desenvolver esse trabalho com os alunos, o que nos leva a pensar na seguinte questão: Se as multiplicadoras não estão “realmente” qualificadas para esse tipo de trabalho, como se sentem então as professoras, preparadas por estas multiplicadoras, para o trabalho com os alunos?

Nesse sentido, percebemos que essas lacunas, “*expõem uma realidade, que é falta de preparação dos professores sobre as questões de patrimônio e sua preservação*”⁷² o que, grosso

⁷² GAZZOLA, Lucivani. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: Um estudo sobre a percepção dos professores acerca do patrimônio cultural de Joaçaba (SC). Disponível no site: <http://www.fjp.gov.br> consultada em: 16/05/2009.

modo, causam “infamiliaridade” com assunto, mesmo que num primeiro momento sejam positivas no trabalho voltado para o desenvolvimento turístico, acabam prejudicando o desenvolvimento do ponto de vista educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das atividades desenvolvidas em nosso estudo de caso na cidade de São João del-Rei no estado de Minas relacionado aos processos de Educação Patrimonial desenvolvidos em outros estados do país nos dá possibilidade de se traçar um perfil do que está ocorrendo no âmbito do ensino do patrimônio no país.

Nesse sentido, percebe-se que apesar da grande proliferação de atividades e do desenvolvimento de projetos voltados para o ensino do patrimônio no Brasil, os trabalhos de capacitação voltados para os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de Educação Patrimonial deixam a desejar, pois, a "reprodução" das práticas pedagógicas, sem maior fundamentação teórica e suporte metodológico, acabam comprometendo o real sentido da Educação realmente voltada para o ensino do Patrimônio Cultural.

Esse fato é visível na recorrente reprodução dos discursos desses “educadores patrimoniais” muitas vezes “desfamiliarizados” sobre as questões referentes ao Patrimônio Cultural, os valores a ele atribuídos bem como a necessidade de sua preservação, o que pôde ser observado no discurso destes profissionais através das entrevistas realizadas neste estudo.

Nesse sentido, apontamos para a importância de se desenvolver dentro desses projetos de Educação Patrimonial um trabalho que se preocupe com a realidade do professor, de maneira bem fundamentada, com uma bibliografia específica desenvolvida num trabalho contínuo, antes mesmo de se preocupar em desenvolver atividades pedagógicas para o trabalho em sala de aula com os alunos conforme tem sido realizado.

Considerando as colocações que foram anteriormente explicitadas, neste projeto de pesquisa trabalhamos com três tipos de suportes metodológicos: a pesquisa em acervo bibliográfico onde fizemos a leitura dos artigos e materiais produzidos acerca das práticas educacionais voltadas para a preparação dos professores e multiplicadores desse processo, as entrevistas e sua posterior análise, realizada tanto com a equipe de coordenação e elaboração, dos materiais e das atividades desenvolvidas nesses projetos que nos possibilitou perceber as lacunas neles contidas. Bem como realizamos o trabalho de campo observando e comparando o desenvolvimento do ensino do patrimônio no Brasil e num país estrangeiro, o que permitiu termos uma visão mais ampliada, possibilitando a abertura de novos caminhos e possibilidades

através do conhecimento adquirido, enriquecendo significativamente nossa pesquisa, contribuindo tanto no acréscimo bibliográfico e quanto o metodológico.

Sendo o primeiro apontado como uma dos principais problemas enfrentados para o desenvolvimento dos trabalhos com a Educação Patrimonial no país.

Percebemos também a partir deste estudo que há uma recorrente confusão acerca da importância do Patrimônio Cultural, cujo sentido de sua preservação apresenta-se diretamente relacionado ao desenvolvimento do turismo, logo o sentido de apropriação que deveria ser entendido, por tratar-se de um tipo de “educação” acaba adquirindo um papel secundário.

Assim, a Educação Patrimonial que deveria servir de “ponte” entre o entendimento dos Patrimônios Culturais enquanto categoria de pensamento e estudo das relações sociais neles despertando o interesse e o respeito às identidades culturais acaba comprometido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A,2003.

ALBERT, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALDEROQUI, Silvia (coord). Paseos por la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Ministerio de Educación – Gobierno de Buenos Aires, 2009.

ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei: Ciudad y Ciudadanos_Aportes para la Enseñanza del Mundo Urbano. Argentina, editorial Paidós,2006.

ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei: Guía turística de la ciudad de Buenos Aires para chicos y chicas. Argentina, editorialde Ángel Estrada y Cía.S.A,1999.

ALDEROQUI, Silvia; SERULNICOFF, Adriana; KAUMAN, Miriam; CONVERTI,Roberto. BUENOS AIRES SE APRENDE material curricular sobre la ciudad de Buenos Aires. Gobiernos de la Ciudad de Buenos Aires.Secretaria de Educación. Subsecretaría de Educación.Dirección General de Planeamiento.2001.

ALDEROQUI,Silvia: Museos y escuelas: sócios para educar. Argentina, editorial Paidós,1996.

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 1987.

BARELA, Lilian; MIGUEZ, Mercedes; CONDE, Luis García. Alguns apuntes sobre historia oral y como abordarla. Buenos Aires-Argentina: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, 2009.

BERGSON, Henri. Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo como espírito. Tradução: Paulo Neves- 3ª edição. São Paulo, 2006.

BOSI, Ecléia. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia da Letras,2001.

BROWN, Michael F. Heritage Trouble: Recent Work on the Protection of Intangible Cultural Property. *International .Journal of Cultural Property*, (12): 40-61, 2005.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade.Buenos Aires: Editora -Del Sol, 2001.

CANDAU, Joel. Antropologia de la memória. Buenos Aires: Editora - Nueva Visión, 2002.

CERQUEIRA, Fabio Vergara;GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; SANTOS,Denise Ondina Marroni; MELO, Alan Dutra. Perspectivas Multidisciplinares. UFPEL- Pelotas, 2008.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

Ciências & Letras._n.1: **Educação e Patrimônio Histórico-Cultural** ;Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de educação,Ciências e Letras,n.27,jan/jun.2000.

Ciências & Letras._n.1: **Patrimônio e Educação**. Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de educação,Ciências e Letras,n.31,jan/jun.2002.

DAMATTA, Roberto. **O Que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco LTDA, 1984.

DUJOVNE, Marta; **CALVO**, Silvia; **STAFFORA**: IR AL MUSEO notas para docentes.Argetina, Ministério de Educación, 2001.

FERREREIRA, Marieta de Moraes e **AMADO**,Janaína (org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV,2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da Historia Ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FREIRE, Paulo.**Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo.**Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

Fundação João Pinheiro _Curso de Capacitação em Planejamento e gestão de Políticas Públicas de Cultura(apostila).Belo Horizonte,2006.

Fundação João Pinheiro. Cadernos do CEHC. Série Cultural, nº 4, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: 1997.

HOBBSAWN, Eric; Ranger, Terence. **A invenção das tradições**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.p. 33.

HORTA, Maria Lourdes Parreiras; **GRUNBERG**,Evelina e **MONTEIRO**, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília Imperial/ Museu / IPHAN / Minc, 1999.

Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira/org. Lia **Motta**, Maria Beatriz Resende **Silva**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**; tradução: Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ensaio e Teoria, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOWENTHAL, David. Why **Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism**. *International Journal of Cultural Property*, (12): 393-423, 2005.

MARONESE, Leticia (coord). **Patrimonio Cultural y Diversidade creativa em el Sistema Educativo**. Temas de Patrimonio Cultural 17 - Comisión para la preservación del Patrimônio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2006.

MARONESE, Leticia (coord). **Turismo Cultural. Temas de Patrimonio Cultural 12** - Comisión para la preservación del Patrimônio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Revista Ciências e Letras: educação e museus, 2000.

MERILLAS, Olaia Fontal: **La educación patrimonial. Teoría y práctica en el aula, el museo e internet**. Ediciones Trea,S.L.España, 2003.

MOTTA, Lia; **SILVA**, Maria Beatriz Resende (Org.). Inventários de Identificação: IPHAN,1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo, 1992.

MORENO,Carlos. **Apuntes sobre los tiempos del nacimiento de la Patria**. Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Históricas de la Manzana de las Luces, 2010.

MORENO,Carlos; **MARONESE**,Leticia. **Nuestra (s) Plaza de Mayo**. Gobierno de la ciudad de Buenos Aires – Ministerio de Cultura, 2007.

NEVES, Lucilia de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. In: História Oral-Revista da Associação da Brasileira História Oral, nº03, junho de 200, p.109-116.

NUÑEZ, Déborah Coimbra. A Educação Patrimonial em São João del-Rei/MG e o Encaminhamento da Lei nº 3.826/2005.Trabalho monográfico, UFSJ, 2009.

POULOT, Dominique. **Uma historia do Patrimônio Ocidente:séculos XVIII e XIX, do monumento aos valores**. (Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira).São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e sua proteção Jurídica**. Curitiba:Juruá, 2008.

SOARES, André Luis R.Dr.Jecky and Mister Hide ou “A Educação Patrimonial Serve a Quem; disponível em :<http://web.unifil.br> . Acessado em: 20 de fevereiro de 1022, 10:41.

Outros:

Atas da Câmara. Prefeitura Municipal de São João del-Rei/MG. Documento disponibilizado pela Secretaria de educação do Município em setembro de 2008.

Cópia da Carta enviada pelas coordenadoras do projeto encaminhada a Secretaria Municipal da Educação de São João del-Rei, cedida por Maria Tereza Raposo, durante nossa entrevista realizada no ano de 2008.

Sites:

www.iphan.gov.br

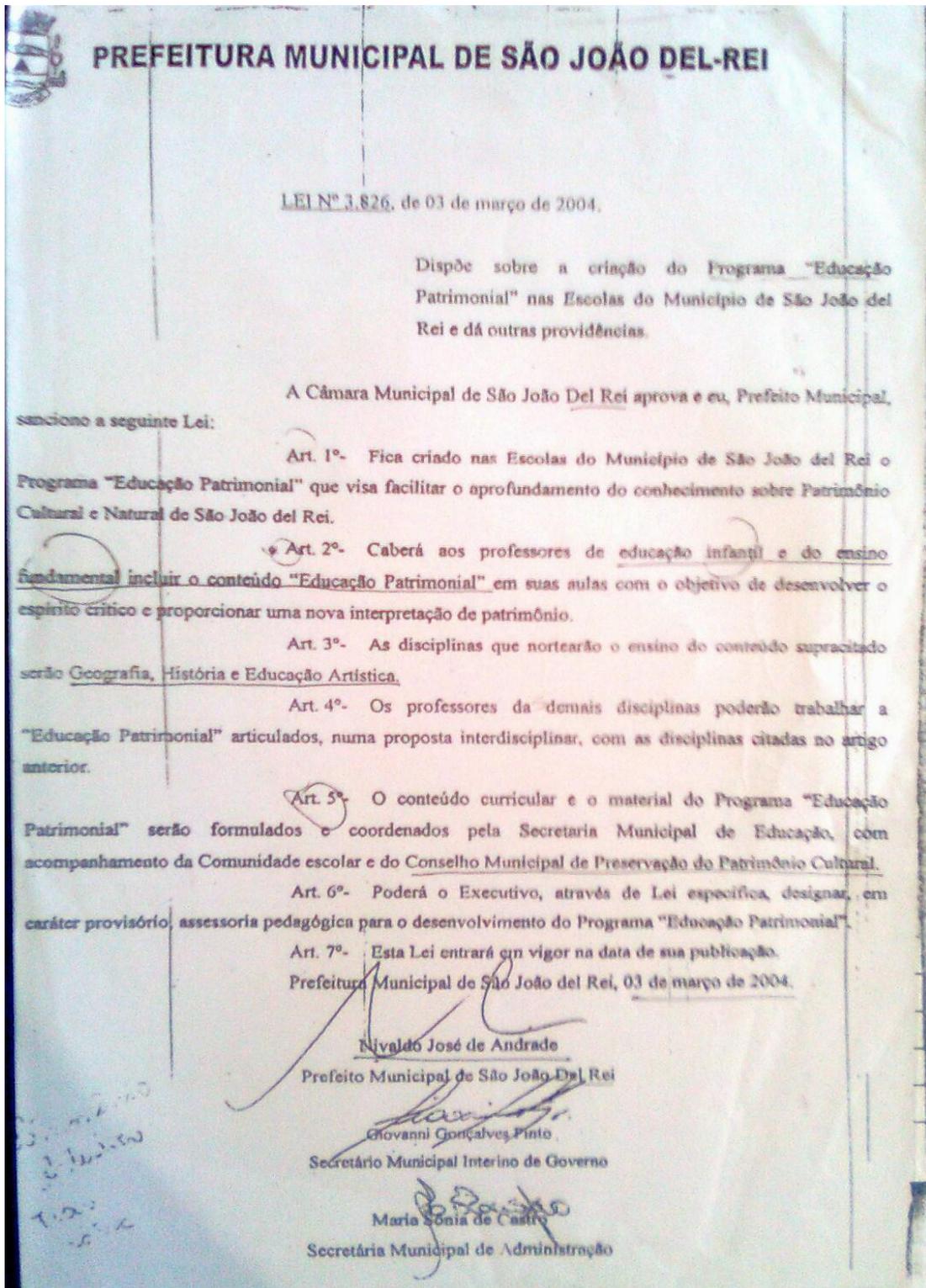
www.planalto.gov.br.

www.fjp.gov.br.

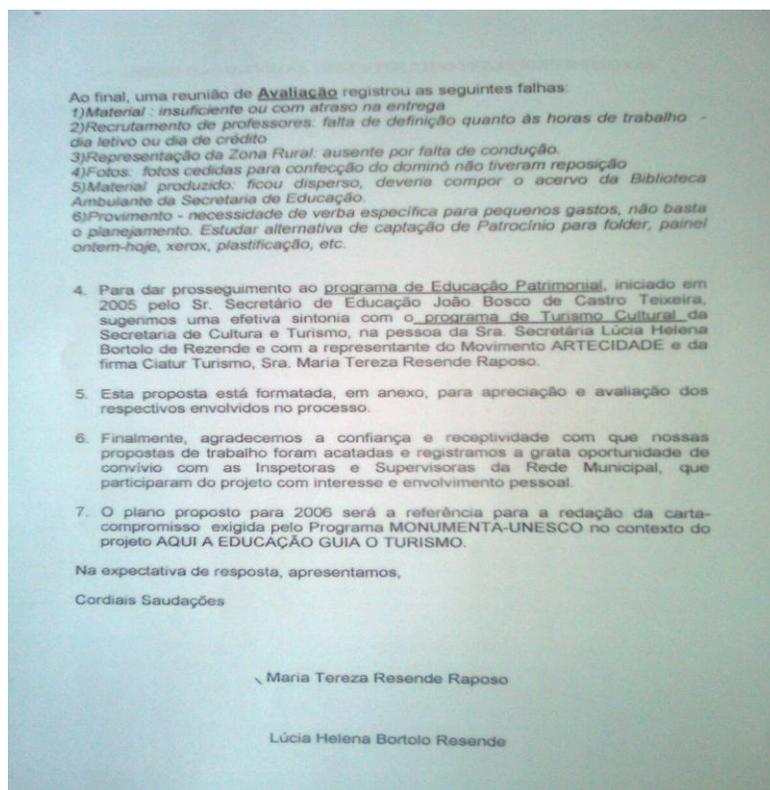
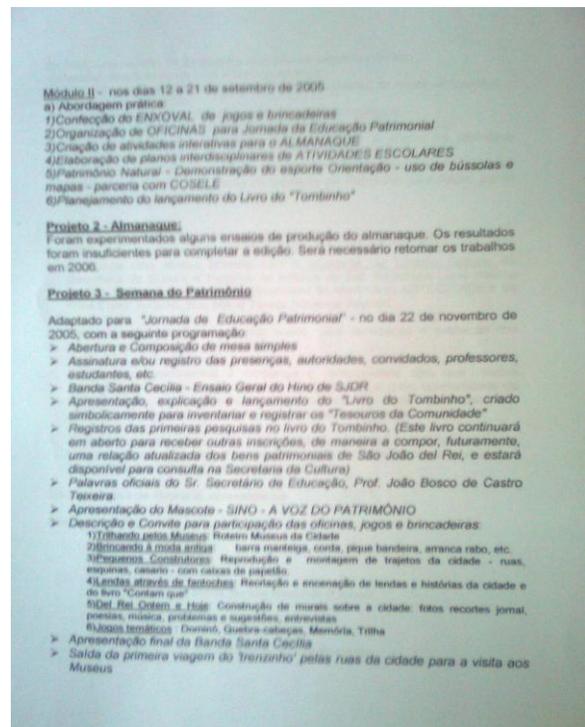
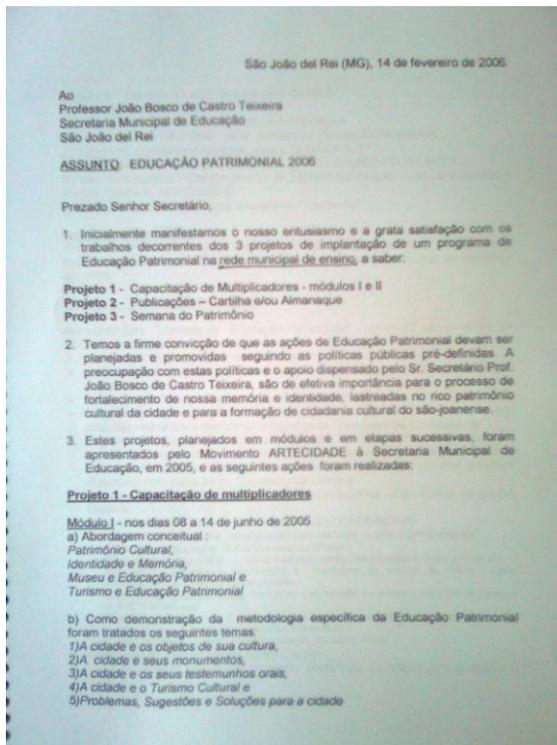
www.010.dataprev.gov.br

www.saojoaodelrei.mg.gov.br

ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 3.826/2004.



ANEXO B – CARTA APRESENTADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



ANEXO C- MATERIAL DE REPASSE DO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DESENVOLVIDO PELAS SUPERVISORAS PARA O TRABALHO COM AS PROFESSORAS

REPASSE DO CURSO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

1ª Atividade:

- o Trazer um objeto de educação
- o O significado do próprio nome
- o A origem do sobrenome da família
- o Informações sobre a localização da escola onde trabalha

Observação:

Qualquer conhecimento, qualquer valorização na história, tem que passar pelo lado afetivo, ser sua história pessoal para se ter um significado. É preciso que tenha afetividade impregnada para que a construção histórica tenha valor.

As lembranças dos locais precisam estar relacionada à sua vivência, ou seja, só se ama o que se conhece.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial deve ser desenvolvida segundo dois parâmetros: a educação para a integração (Educação a partir do meio, sobre o meio e para o meio) e a preservação do patrimônio cultural (garantindo um direito de acesso à memória individual e coletiva. Importante é descobrir o que queremos construir, conservar, preservar e legar aos nossos descendentes, identificando e protegendo os bens culturais que representam nossa história e nossos valores). Trata-se, pois, de relacionar educação e patrimônio cultural.

Assim, a educação patrimonial passa a ter uma função estruturante na formação do cidadão: promover, a partir do meio, sobre o meio e para o meio, a percepção da importância de preservar nosso patrimônio cultural, buscando a apropriação dos bens culturais e a sua participação direta e efetiva nas ações de proteção de nossos bens culturais.

Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir de experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

- Preservar nosso patrimônio cultural é dar continuidade física ao patrimônio edificado, histórico ou ambiental, às coleções artísticas e dos mobiliários, aos jardins e parques históricos, aos arquivos de interesse histórico, aos usos, costumes e manifestações culturais, para garantir a noção de pertencimento de um grupo a uma comunidade ou lugar, promovendo a melhoria da qualidade de vida das sociedades.

Antes que seja feita qualquer visita a um local, é necessário que se faça antes um roteiro para a visita.

(É preciso passar por algumas etapas para melhor aproveitamento da visita)

1ª etapa - OBSERVAÇÃO (descrição oral)

2ª etapa - REGISTRO (descrição por escrito, desenho, modelagem, maquete)

3ª etapa - EXPLORAÇÃO (hipóteses, perguntas, utilidade)

4ª etapa - APROPRIAÇÃO (apropriação do conteúdo, fazer poemas, críticas, sugestões, tipo ideal)

5ª etapa - VALORIZAÇÃO (preservação)

DESCOBRINDO UM OBJETO

Exercício de estímulo à percepção e análise

Aspectos pessoais a observar	Dados pessoais	Aspectos observáveis pela observação	Aspectos a serem analisados
Aspectos físicos: O que parece ser este objeto?	Que cor tem? Que cheiro tem? De que material é feito? O que ele representa? Foi elaborado, adaptado ou decorado? Para quem?		
Contexto: Como foi usado?	Que data tem? Por que é feito ou é utilizado?		
Função: Para que foi feito?			
Forma e Design: O objeto tem uma forma? É bem decorado?			
Valor: Quanto vale este objeto?			

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Temas orientadores: Educação Infantil e 4ª série

Período: Agosto à Dezembro

Atividades e eventos desenvolvidos:

- Visita à Praça com os alunos uma vez por semana, para contato do tipo observação.
- Visita ao Parque da Exposição, passeio promovido pela Secretária Municipal de Educação.
- Se possível, visita à Biblioteca Municipal em comemoração aos 100 anos da Biblioteca Municipal.
- Fazer 1ª e 4ª trabalhar o Aniversário de São João del Rei.
- Educação Infantil e 4ª série: Trabalhar pontos de São João del Rei, ouvir a lenda observando, fazer modelagem com massinha, conservar sobre o postal observado, etc.
- Pesquisar o objeto de educação da família, e importância desse patrimônio, escrever sobre a história desse objeto de utilização, usar exposição desse objeto e trazer a família para prestigiar.
- Vídeo sobre São João del Rei.
- Vídeo documentário sobre os sítios.
- Hino de São João del Rei e da Capital Brasileira de Cultura, trabalhar a letra dos músicos com os alunos e cantar.

JUSTIFICATIVA

Qualquer conhecimento, qualquer valorização na história, tem que passar pelo lado afetivo, ser sua história pessoal para se ter um significado. É preciso que tenha afetividade impregnada para que a construção histórica tenha valor.

As lembranças dos locais precisam estar relacionada à sua vivência, ou seja, só se ama o que se conhece.

A Educação Patrimonial deve ser desenvolvida segundo dois parâmetros: a educação para a integração (Educação a partir do meio, sobre o meio e para o meio) e a preservação do patrimônio cultural (garantindo um direito de acesso à memória individual e coletiva. Importante é descobrir o que queremos construir, conservar, preservar e legar aos nossos descendentes, identificando e protegendo os bens culturais que representam nossa história e nossos valores). Trata-se, pois, de relacionar educação e patrimônio cultural.

Assim, a educação patrimonial passa a ter uma função estruturante na formação do cidadão: promover, a partir do meio, sobre o meio e para o meio, a percepção da importância de preservar nosso patrimônio cultural, buscando a apropriação dos bens culturais e a sua participação direta e efetiva nas ações de proteção de nossos bens culturais.

Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir de experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

- Preservar nosso patrimônio cultural é dar continuidade física ao patrimônio edificado, histórico ou ambiental, às coleções artísticas e dos mobiliários, aos jardins, praças e parques históricos, aos arquivos de interesse histórico, aos usos, costumes e manifestações culturais, para garantir a noção de pertencimento de um grupo a uma comunidade ou lugar, promovendo a melhoria da qualidade de vida das sociedades.
- Patrimônio não é apenas o que é antigo ou foi produzido no período colonial.

animais domésticos, da fauna e da flora e construir junto com os alunos, alternativas que possibilitem um desenvolvimento sustentável.

A oportunidade de visitar uma exposição agropecuária poderia ser o ponto de partida e construção de desenhos práticos que discutam conteúdos como Ciências, Meio Ambiente e Bi. geocientífico, bem como Língua Portuguesa, História e Geografia.

OBJETIVOS:

- Oferecer aos alunos uma proximidade maior com o mundo dos animais domésticos;
- Desenvolver o gosto e o hábito de ler textos informativos sobre animais;
- Permitir o lazer de visitar e ver o tratamento diversificado aos animais;
- Conhecer a vida dos animais domésticos;
- Participar de eventos que ocorrem em São João del Rei.

METODOLOGIA:

- Sondagem com os alunos (o que eles sabem sobre animais domésticos);
- Divisão da turma em grupos para produção de trabalho coletivo: o que queremos saber sobre... o que precisamos saber... coisas que desejamos descobrir ou saber entre outras.
- Delimitação do assunto a ser estudado por meio de questões importantes.
- Fazer o registro após as observações realizadas no Parque da Exposição, como: produção de texto "O que mais me chamou atenção na "Exposição Agropecuária", "Minha visita ao Parque da Exposição", Murais com reportes e colagens de gravuras e frases, etc.
- Em matemática trabalho com gráficos, número possível de visitantes, animais, etc.

AVALIÇÃO:

Verificar o empenho e participação dos alunos na visita ao Parque de Exposição.

COMEMORAÇÃO DOS 100 ANOS DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

DATA DO ANIVERSÁRIO - 15 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA:

Apesar de tantos anos de existência da Biblioteca Municipal, muitos alunos da rede ainda não demonstraram um sentimento de apropriação desse espaço Municipal, um por não conhecerem outros por não terem oportunidade de visitá-la.

Por uma parte não há justificativa comemorar tantos anos de existência, sem despertar nos alunos esse sentimento de pertença em relação à Biblioteca Municipal.

Reconhecendo que nós, enquanto educadores, conseguimos em nossas experiências, práticas inovadoras, opções por deixar sair as práticas que mais se aproximam da cultura brasileira, em uma que não conhece" assim proporcionar aos nossos alunos a descoberta e apropriação desse espaço chamado Biblioteca Municipal Baptista Castelo D'Almeida.

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO:

- A ação de ir à biblioteca, de ler, de pesquisar, de ouvir histórias é uma ação de apropriação de um bem cultural que não tem público seletivo, ou seja, não é privilégio de alguns, é um patrimônio de todos. Sendo assim, o trabalho de leitura pode atender diversos autores, em especial a magistral biografia de Baptista Castelo D'Almeida, poderá proporcionar aos alunos desde a Educação Infantil à 4ª série, o desenvolvimento de estratégias e habilidades para o uso e preservação da Biblioteca Municipal.
- Sondagem com os alunos sobre o que eles já sabem sobre a Biblioteca Municipal;
- Organizar uma visita programada à biblioteca;
- Trazer à escola um dos representantes da Biblioteca Municipal para enriquecer os conhecimentos, apresentação de histórias e ou livros;
- Montar cartões de parabenização para ser entregues à Biblioteca Municipal;
- Trabalhar a biografia de Baptista Castelo D'Almeida;
- Compor músicas homenageando-o;
- Trabalhar a literatura;
- Fazer desenhos, de poemas, de produções sobre a biblioteca;
- Deixar que a imaginação do aluno seja se quiser e seja de contação de histórias na forma que desejarem (letras pintadas, poemas, músicas, textos etc...).

AVALIÇÃO: O processo avaliativo se processará durante a execução das atividades observando a participação e o aprendizado do aluno.

